



Clarisse Ismério

Mulher:
a moral e o imaginário
1889-1930

Mulher: a moral e o imaginário (1889 - 1930)
2ª edição ampliada

Editora da Universidade da Região da Campanha
Av. Tupy Silveira, 2099
CEP 96400-110 - Bagé - RS - Brasil
Telefone: (53) 3242-8244
e-mail: ediuircamp@urcamp.edu.br

FAT - Fundação Áttila Taborda

Presidente:
Lia Maria Herzer Quintana

URCAMP - Universidade da Região da Campanha

Reitora:
Lia Maria Herzer Quintana

Vice-reitor:
Fábio Josende Paz

Pró-Reitora Acadêmica:
Virgínia Paiva Dreux

Pró-Reitora Acadêmica:
Virgínia Paiva Dreux

Gerente Financeiro:
Sebastião Mansur Kaé

Editor (a) Chefe:
Ana Cláudia Kalil Huber

Editor (a) Auxiliar:
Clarisse Ismério

Assessora Técnica:
Bibl. Maria Bartira N. Costa Taborda

Revisor (a): Iara Roman Soares

Diagramação, projeto gráfico
Quêlen Ximendes Leal

Imagem Capa: "És bela". Jornal Echo Americano, 24 de
Agosto de 1871, p. 126.

Foto da Autora: Claudenir Munhoz

CONSELHO EDITORIAL

Ana Cláudia Kalil Huber
Clarisse Ismério
Fábio Josende Paz
Fernando Pereira de Menezes
Virgínia Paiva Dreux
Sandro Moreira Tuerlinckx

Dra.(Urcamp)
Dra.(Urcamp)
Me.(Urcamp)
Dr.(Urcamp)
Me. (Urcamp)
Dr. (Urcamp)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I83m Ismério, Clarisse.
Mulher: a moral e o imaginário (1889 – 1930). / Clarisse
Ismério. 2.ed.amp. - Bagé: Ediuircamp, 2019.
100p.

ISBN: 978-85-63570-75-8

1. Mulheres. 2. Sociologia. 3. Positivismo – Rio Grande do Sul.
4. Rio Grande do Sul – História. I. Ismério, Clarisse. II.Título.

CDD: 301.412

Catalogação elaborada pelo Sistema de Bibliotecas FAT / Urcamp
Bibliotecária Responsável: Maria Bartira N. C. Taborda CRB: 10/782

Clarisse Ismério

Mulher: a moral e o imaginário (1889 - 1930)
2ª edição ampliada

Ediurcamp
Bagé/2018

SUMÁRIO

Apresentação.....	7
Introdução.....	9
Os modelos femininos Positivistas.....	13
A Moral Católica e a Positivista.....	29
Manipulação do Imaginário: Símbolos e Signos.....	49
O Discurso Moralista e as Mulheres.....	73
Considerações finais.....	101
Referências.....	103

Para minha filha Raiza

APRESENTAÇÃO

Marcio Pizarro Noronha¹

O presente livro trata de uma edição atualizada e revisada de um trabalho que se iniciou como investigação científica no Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS e seguiu como projeto e trajeto intelectual da sua autora, desdobrando-se em outras investigações acadêmicas, políticas e de cunho social e cultural. Revela-se um estudo sobre a atualização e modernização da cultura, da ideologia e da mentalidade cristãs no Estado Positivista no século XIX, no Rio Grande do Sul. Mas serve como vetor para compreender camadas imaginárias e a produção de uma mentalidade no que tange ao lugar e, principalmente, ao papel e a ação passiva (a conduta) da mulher na sociedade moderna.

É um trabalho sobre a análise das condutas identificadas às mulheres e à constituição de uma ideia hegemônica do que seja o feminino, revelando as condições da produção de uma visibilidade e de uma visibilidade das mulheres numa determinada época histórica.

Interessa-nos observar aqui a sensibilidade em conduzir esta dinâmica entre o que deveria ser a conduta (como uma ação social e moral no campo do visível, do visto) e a perspectiva de que com este tipo de performance social a mulher viesse a se constituir num agente invisível presente na sociedade, fazendo-se mais uma forma, uma imagem ou um símbolo da moral coercitiva.

Todas as sociedades, até o final da Segunda Grande Guerra, foram passíveis de serem representadas por discursos norteadores. O Positivismo, no século XIX, como formulação científica e modernizadora de fundo moral (e, portanto, dialogando com os restos da cultura religiosa no mundo moderno), foi um expoente desta questão no século XIX e compareceu fortemente na sociedade brasileira.

Trata-se da formação de uma cultura intelectual conservadora e a maneira como esta construiu um vasto repertório de signos seguindo

¹Dr. Em História PUCRS; Dr. Em Antropologia USP; Psicanalista. Líder do GP CNPQ UFG INTE-RARTES e docente do PPGH FH UFG / FEFD UFG. Exerce suas atividades atuais na ESEFID UFRGS. Email: pizarronoronha@gmail.com

práticas preexistentes nas sociedades ocidentais, modelos de educação visual representados na cultura religiosa da Igreja Cristã (Católica). Esta aliança transformou a moral em aspecto central desta cultura política.

Na abordagem pontuada por Ismério, partindo de uma articulação teórica entre o feminismo e a leitura simbólica de Carl Jung, a mulher como símbolo entre rainha (mãe) e anjo tutelar designa especialmente um modo de controle social. A leitura junguiana serviu à autora como ferramenta técnica de leitura simbólica das imagens e do imaginário e sua recorrência ou dimensão arcaica se traduzem em atualizações em diálogo com o campo do imanente, do presente, da temporalidade histórica. Assim, as atualizações são passíveis de usos por parte dos agentes sociais.

O Positivismo foi ele próprio uma cultura de grande repertório simbólico e evidenciou um rico universo de elementos para a leitura e interpretação. Os trânsitos entre os símbolos representantes da cultura designada como erudita e o universo social ampliado popular são também alvo da investigação e reflexão.

Uma tensão nos estudos da Moral diz respeito ao papel exercido pelos indivíduos e a perspectiva de um sujeito ultrapassado pelos discursos sociais, compartilhando com os outros, sua natureza social e cultural, fabulada historicamente, e, ainda, fazendo revelar elementos de fundo arcaizante.

O discurso moral do Positivismo não é uma novidade na história da filosofia ocidental. Ele dá continuidade ao pleno dualismo entre a razão e a paixão, visando uma operação de transformação simbólica dos múltiplos femininos em figura social e histórica da mulher. Nestes termos este trabalho integra um campo profícuo de diálogos com diferentes áreas de conhecimento e sua contribuição.

Nestes termos a presente escrita aborda com maturidade a moral e uma ética de caráter público. O que importa, ao final, é o modo como os símbolos e os signos, propiciam acordos sociais, reduzindo ao mínimo a experiência subjetiva, a esfera privada e íntima, a auto invenção.

Assim, os fenômenos sociais, como os da Guerra, teriam a capacidade de desestabilizar esta moral comum e exigir a maior presença do sujeito no campo social, como agente inventor de um novo modo de se relacionar.

É o que se passa na interpretação do fenômeno da I Grande Guerra e seu impacto direto sobre a ordem simbólica e as desordens daí decorrentes.

Com destreza e objetividade, o texto transita por estes diferentes universos, fazendo da leitura deste extenso e desafiador tema, um exercício prazeroso e um enfoque particular da realidade social.

INTRODUÇÃO

Ao longo da História da Humanidade a sociedade tornou-se cada vez mais patriarcal e com isso a mulher foi deixada num segundo plano em relação ao homem, ficando restrita ao espaço doméstico, pois era uma forma segura de controlá-la. Uma vez que estivesse fora deste ambiente seus impulsos seriam controláveis e extremamente nocivos à ordem social vigente.

Esse tipo de mentalidade sobre a mulher tornou-se constante no mundo ocidental, principalmente após o predomínio das ideias da Igreja Católica, que moldava a imagem feminina sob a perspectiva do arquétipo de Eva, a pecadora, que foi seduzida pelo demônio e responsável pela expulsão do paraíso. Como punição deveria ser submissa ao marido e parir na dor, enquanto o homem proveria o sustento através do trabalho.

Mas, é claro, que não podemos esquecer que existiram momentos históricos nos quais as mulheres conseguiram espaço na sociedade, destacando-se como intelectuais, poetisas e artistas, ou ainda como vultos de grande expressão dentro da História. Como ocorreu no período farroupilha rio-grandense, onde a produção cultural feminina foi bastante significativa, sendo de grande destaque Ana Eurídice de Brandas, Maria Josefa Barreto Pereira Pinto, entre outras. Esses casos são tidos como exceções, pois na maioria das vezes o potencial feminino foi tolhido, imperando uma mentalidade machista conservadora.

O Brasil absorveu esse tipo de mentalidade pela vertente religiosa lusa e também, sofreu influência do Positivismo de Auguste Comte, que forneceu a base doutrinária para a formação de um discurso simbólico, consolidando a sociedade republicana.

O presente trabalho se propõe analisar a influência da Doutrina Positivista no Rio Grande do Sul no período da República Velha, 1889 a 1930, na educação feminina. Pois, no momento em que Comte elegeu a mulher como guardiã da moral e dos bons costumes, anulou sua participação no espaço público, tolhendo sua atuação no campo profissional. A mulher deveria seguir os modelos de rainha do lar e anjo tutelar, para conduzir com dignidade sua família.

Com a instauração da República as ideias de Auguste Comte foram difundidas por parte da elite intelectual e política do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, seu grande seguidor, considerava Comte o “mestre dos mestres”. O governo de Castilhos ficou conhecido como Ditadura Científica Positivista devido ao seu caráter autoritário e conservador. Borges de

Medeiros ao suceder a Castilhos, manteve a linha política autoritária.

Os políticos rio-grandenses buscavam organizar a sociedade através de uma moral rígida baseada na norma positivista de “conservar melhorando” e somente assim conseguiriam atingir o progresso.

O caráter conservador de Positivismo é observado no discurso direcionado à mulher, pois sendo guardiã da moral deveria possuir uma conduta elevada. Baseados na influência que o Positivismo exerceu na educação feminina no período, levantamos cinco proposições de análise que nortearam a pesquisa.

Primeiramente, propomos a teoria de que o discurso positivista era uma gente organizador da sociedade, que impôs as ideias de um grupo político dominante, utilizando arquétipos e símbolos presentes na tradição conservadora, visando tirar a mulher do campo profissional, enclausurando-a dentro de sua própria casa.

Uma segunda visão refere-se à relação direta entre a moral positivista e a católica, pois o Positivismo herdou símbolos e signos difundidos pela tradição judaico-cristã ao longo dos séculos.

A terceira, é sobre a utilização do teatro e da escultura pelos positivistas para transmitir suas ideias e manipular o imaginário através de símbolos e signos, atingindo assim todas as camadas da população.

O Positivismo e a moral conservadora, ao limitar a mulher no espaço privado, produziram um achatamento do potencial cultural feminino, ao direcionar sua educação para torná-la esposa, mãe e educadora dos filhos.

E finalizando, a quinta conjectura corresponde à entrada de uma nova mentalidade a partir da Primeira Guerra Mundial, que se contrapôs à moral conservadora.

Teoricamente trabalhamos com História das Mentalidades para analisar o conservadorismo na conjuntura da República Velha, como objetivo de elucidar o discurso positivista feito em torno da mulher enquanto rainha do lar e anjo tutelar, destacando as formas de divulgação e apropriação do imaginário popular.

Utilizamos em nossa análise o discurso como agente e reflexo da sociedade, pois o Positivismo formulou um discurso simbólico que propunha uma organização da sociedade a partir da moral conservadora, portanto atuou com agente, impondo conceitos de um grupo de políticos e intelectuais detentores do poder. Mas também, pode ser considerado como reflexo de um imaginário conservador, mantido principalmente pela Igreja.

Para explorar a questão simbólica buscamos subsídios na psicologia de Carl Gustav Jung, embora não tenhamos a pretensão de fazer uma abordagem psicológica da História muito menos uma psico-história, que interpreta os fatos através da transposição de um dado individual para ao

coletivo (Vovelle, 1990: 119). Mas sim, empregamos o método de Jung para elucidar os símbolos expressos no discurso, com a formação de símbolos provenientes de processos instintivos universais e herdados. E podem ser termos ou imagens familiares à vida diária, uma vez que fazem parte do processo instintivo oculto no interior do ser humano. (Jung, sd: 20)

Os processos instintivos que formam os símbolos, que Jung denominou de arquétipos, são as possibilidades herdadas de ideias gravadas no inconsciente coletivo. Manifestam-se como estruturas psíquicas universais inatas ou herdadas, são imagens primordiais por possuírem caráter arcaico comum a todos os povos e tempos (Jung, 1991: 419). É esse caráter do arquétipo que permite reproduzir ideias semelhantes através de símbolos.

Os arquétipos não são uma projeção de um trauma condicionado, mas são partes importantes que formam o inconsciente coletivo, pois as imagens herdadas fazem parte de uma mentalidade universal acumulada ao longo da história, através de mitos e símbolos, sendo resgatadas com o passar do tempo. Seu significado vai se adaptar conforme as necessidades do discurso imposto a um determinado período histórico.

A retomada do arquétipo é feita através do símbolo, uma imagem que se desenvolve dentro do imaginário, agindo como parte do mundo humano dos sentidos. E este, quando passa para o plano físico, é denominado de signo, sendo representado através de desenhos, pinturas e estátuas, podendo ser encontrado na forma de atributos ou alegorias.

São todos parte que compõe o símbolo tendo em suas origens o arquétipo; são reinterpretados para resultar num melhor entendimento do todo. Utilizando o símbolo materno da árvore, podemos dizer que as raízes são o arquétipo; o tronco, símbolo; os galhos, os signos; e as folhas, frutos e flores, as alegorias e atributos.

Baseado nos estudos que buscamos para elucidar os arquétipos, símbolos e dignos formadores da doutrina positivista, transpostos para o discurso da elite rio-grandense, a do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), na República Velha, mostramos como foram organizados e manipulados através do imaginário popular.

No primeiro capítulo mostramos a difusão do Positivismo no Rio Grande do Sul, salientando os símbolos formadores da teoria de Auguste Comte, que contribuíram para a formação dos modelos de rainha do lar e anjo tutelar.

Os distanciamentos e aproximações existentes entre a moral católica e a positivista, como também os arquétipos e símbolos comuns a ambas as doutrinas, são trabalhados no segundo capítulo, no qual traçamos um quadro comparativo.

No terceiro, salientamos a manipulação do imaginário popular a partir da divulgação dos modelos de rainha do lar e anjo tutelar, feitos

através do teatro e da escultura, com o objetivo de entendê-los a uma grande parcela da população composta por analfabetos.

E, finalmente, no último capítulo destacamos a postura feminina frente à moral conservadora e a mudança que a mentalidade feminina sofreu após a Primeira Grande Guerra, mostrando sua repercussão no Rio Grande do Sul.

A presente obra é uma síntese da dissertação de mestrado, *A mulher na República Velha: O Imaginário e a Realidade no RS (1889 - 1930)*, defendida em abril de 1995 na PUCRS, sob a orientação do Professor Dr. Moacyr Flores, cuja primeira publicação também data do mesmo ano.

A necessidade de relançar essa obra decorre da observação que o tema ainda é latente em nossa sociedade e que as rainhas do lar e os anjos tutelares ainda se fazem presentes no nosso dia a dia.

Os modelos femininos Positivistas

(...) a deusa do lar: é a progenitora do homem; é o seu anjo da guarda; é a sua amiga natural, mãe, esposa e filha; é aquela que joga sua vida pela vida que nos dá (A. R. Gomes de Castro).

Os últimos anos do Império foram marcados por grandes e significativas mudanças nos campos econômico, social e político, que contribuíram para a instauração do Regime Republicano. As mudanças ocorreram impulsionadas pela lavoura cafeeira, pois o café era o principal produto de exportação oportunizando um maior desenvolvimento do Brasil. Assim, para facilitar o transporte do produto foram construídas mais ferrovias e equipados os portos para atender a demanda da produção. O trabalho escravo foi gradativamente substituído pelo livre do imigrante alemão e italiano. As cidades cresceram e surgiram as fábricas que aproveitaram a grande oferta de mão de obra. O país crescia economicamente, mas precisava de um sustentáculo político e doutrinário, que atendesse às suas necessidades organizando-o e garantindo sua modernização, ao mesmo tempo em que se opunha a toda à corrupção reinante na monarquia brasileira. Na busca de uma nova realidade política alguns grupos organizaram-se a partir do ideário Liberal; outros, no Positivismo fundamentado por Auguste Comte, ou suas variantes em Laffitte e Littré. Essas ideias influenciaram grande parte dos intelectuais brasileiros, tanto por seu caráter teórico-filosófico como pelo teor republicano, ao enfatizar que o sistema de governo monárquico deveria ser destituído em nome do progresso, que só seria alcançado através da consolidação da República, regime que melhor representa a fase positiva. Além disso, a adoção de uma ditadura republicana atraía bastante, pois, segundo Carvalho, eram ideais herdados do despotismo ilustrado pombalino e bastante almejados pelos políticos brasileiros (Carvalho, 1993:27).

Segundo Flores, os republicanos eram uma minoria no Rio Grande do Sul, sendo os liberais o maior partido, que tinha como líder Gaspar Silveira Martins, presidente da província, conselheiro e senador do Império (Flores, 1993:128).

O partido conservador estava desacreditado e ruindo sob seu próprio governo, resultante da corrupção e má administração do Império, dando margem para o crescimento do Partido Republicano.

Surgiram partidos republicanos por todo o país, mas o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), fundado por Júlio de Castilhos em 1882, adotou a filosofia Comteana expressa na obra *Política Positiva*, para dar um sustentáculo doutrinário que garantisse a disciplina e coesão do Partido. Mas não houve uma simples transposição da doutrina Comteana. Conforme Boeira, existiam três tipos de Positivismo no período que vai de 1870 a 1930: o político, o difuso e o religioso. O Político foi uma releitura das ideias de Auguste Comte por Júlio de Castilhos, com objetivo de resolver as necessidades imediatas e os projetos de longo prazo, tornando-o mais direto e flexível de ser entendido pelo público politicamente relevante.

Ficou conhecido como Positivismo Castilhista ou Positivismo Heterodoxo. O Difuso unia a leitura castilhista com o comteano e mais o cientificismo evolucionista, chegando ao alcance de todos através de jornais, revistas, palestras e conferências. O Religioso seguia a Religião da Humanidade. Chamava-se também de Positivismo Ortodoxo e servia de reserva moral para o castilhismo (Boeira, 1980: 127).

A moral e a rigidez, o autoritarismo e a disciplina eram os pontos que uniam os três tipos de Positivismo, fundindo-os em um único objetivo: organizar a sociedade através de uma moral conservadora.

O PRR destacou-se por sua organização e disciplina, o que o manteve no poder durante toda a República Velha. Mas apesar da organização do Partido Republicano Rio-grandense, não foram consultados seus líderes e muito menos avisados da queda da monarquia, assim como toda a população nacional ficara atônita com o golpe dado pelos militares conservadores no dia 15 de novembro de 1889 no Rio de Janeiro. Em Porto Alegre soltaram foguetes em frente ao prédio do jornal *A Federação*, para que a população lesse o telegrama com a notícia do golpe militar (Flores, 1993:127)

O poder local foi entregue por Castilhos ao Marechal Visconde de Pelotas, herói da Guerra do Paraguai, amigo companheiro do Marechal Deodoro da Fonseca. Tomou tal estratégia política com o objetivo de apoiar o governo provisório em sua proposta de regenerar a pátria, evitando assim a contrarrevolução monarquista (Flores, 1993:127).

Castilhos foi então nomeado Secretário do Governo Estadual, que passou a construir, de 1889 a 1891, o seu governo baseado na ascensão do PRR. Em 5 de maio de 1891, fora promulgada a Constituição Estadual, de autoria do próprio Castilhos, marcada fortemente pela doutrina positivista.

Apesar da coesão e organização do PRR e de Júlio de Castilhos, seu grande líder, encontrou durante sua gestão uma forte oposição dos federalistas liderados por Gaspar Silveira Martins. As divergências entre os dois grupos culminaram na Revolução Federalista de 1893-95.

Os castilhistas republicanos ou pica-paus defendiam a instauração de um governo autoritário baseado na Constituição estadual de 1891. Segundo Flores, defendiam ideias de superioridade racial considerando-as fundamentais para o movimento da história. Afirmavam que o Rio Grande do Sul do estado brasileiro onde se desenvolveria uma grande civilização, por adotar uma ditadura científica e ter suas raízes na cultura açoriana. Os federalistas ou maragatos opunham-se ao autoritarismo castilhista defendendo o ideário liberal e um Poder Legislativo forte dentro de um sistema parlamentar (Flores, 1993: 15).

A revolução federalista foi o conflito mais sangrento da história do Rio Grande do Sul, marcada pela carnificina ódio e ganância de seus líderes. Os republicanos foram os vencedores desta horrenda guerra civil, que logo após colocaram em prática seu plano de governo e o projeto de regeneração social.

A organização da sociedade era uma das muitas propostas de Comte, pois só assim a humanidade caminhar ia para o progresso, seu maior objetivo. Para tornar viável o projeto era necessário que a religião da humanidade fosse instaurada e se substituísse o culto católico em todas as funções, pois este já se encontrava ineficiente. Exigia ainda separação total da Igreja e Estado.

A religião da humanidade fundamentava-se em leis naturais também chamadas leis positivas que forneciam respostas racionais e científicas para todas as questões. A cientificidade aliada à industrialização garantia a modernização e o progresso do país. Mas para isso ocorrer era preciso manter a ordem social através da moral e da educação.

A moral, ou ciência do homem, era considerada por Comte como a sétima ciência fundamental, “final e sagrada”. A moral Comteana baseava-se em duas tendências, a moral-aplicação e a moral-educação, que apesar de não se situarem no mesmo plano, não se opunham. A primeira foi definida como uma arte fundada na ciência política, sendo uma aplicação de dados teóricos e objetivos. A moral-educação é resultado de uma educação científica e social, mantida e controlada pelo poder espiritual (Bastide, 1984:38). Para desenvolver nossa análise utilizamos o conceito de moral-educação. E, cabe ainda salientar, que a teoria positivista também exaltava como pressupostos morais o sentimento, o altruísmo e a negação dos direitos em favor dos deveres.

O positivismo fundamentava-se em um discurso conservador uma vez que buscavam vultos e heróis do passado os exemplos para a organização da sociedade. Conservar melhorando era um dos seus lemas. Esse resgate servia para justificar as ideias e realizações de Castilhos.

O caráter conservador é observado no discurso referente à mulher.

Considerando a mulher é responsável pela manutenção da moral e pela realização do culto privado, Comte impôs modelos de conduta feminina baseados na mentalidade patriarcal, formada ao longo da história da humanidade. A mulher deveria ser a rainha do lar e o anjo tutelar de sua família e para atingir esses modelos seguiria normas pré-estabelecidas pelo catecismo positivista no qual Comte codificou todo pensamento conservador em torno da mulher.

Numa tentativa de reconstituir os arquétipos que influenciaram a construção simbólica dos modelos femininos destacados na doutrina positivista, propomos um estudo da vida de Auguste Comte, sem desenvolver uma análise psicológica, mas procurando as origens da questão simbólica, usando a teoria de Jung para auxiliar a leitura histórica e para elucidar a construção idealizada na imagem de mulher.

O que comumente encontramos em suas biografias é o viés doutrinário. No artigo de Ribeiro Jr. (1992:5-10) podemos conhecer um pouco mais da vida amorosa atribulada de Comte.

O autor relata que Comte envolveu-se com uma jovem italiana, casada, de vinte e cinco anos com quem teve uma filha falecida aos 9 anos de idade. Ao afastar-se dela, conheceu Caroline Massin, de dezenove anos, que se prostituía nas galerias de bois, no *Palais Royal*. Passaram a viver juntos, mas foi uma relação tumultuada, pois Caroline constantemente o abandonava. Comte aceitava esse tipo de relação por ter medo da solidão. Resolveu então casar-se com Caroline, apesar da reprovação dos seus pais. O Casamento também ocorreu devido ao incidente com a polícia. Caroline, Comte e alguns amigos foram abordados por um oficial que pretendia deter a mulher por 15 dias na prisão de São Lázaro, por ela não haver comparecido a inspeção sanitária rotineira para as prostitutas fichadas na polícia. Numa tentativa de evitar problemas e constrangimentos futuros, Comte casou-se com Caroline em fevereiro de 1825, e convidou para padrinhos dos agentes da polícia francesa, amigos do casal, que se encarregaram de eliminar o nome dela dos registros das prostitutas parisienses.

Em 1844 Comte separou-se definitivamente de Caroline, sem se divorciar porque ele era contra o divórcio. E manteve o pagamento de pensão que vigorou o mesmo nos períodos em que se encontrava em dificuldades financeiras. Conheceu então Sophia Bliaux, esposa do proletário Martin Tomaz, que se tornou sua empregada. Posteriormente o filósofo a adotou como filha.

No dia 28 de agosto de 1845 conheceu Clotilde de Vaux, na igreja de São Paulo, onde os dois seriam padrinhos do filho primogênito de Maximilien Marie, amigo de Comte e irmão de Clotilde. Comte logo nutria

intensa paixão por Clotilde, considerando esse período de sua regeneração moral. Clotilde estava com 30 anos e foi casada com Lepoquer de Vaux, que a abandonou muito cedo. Sendo tesoureiro, desviava dinheiro dos cofres públicos e de particulares e ao ser descoberto fugiu sem deixar vestígios.

O filósofo revela sua paixão à amada, mas ela se mantém reservada, pois se achava mais digna de piedade do que de ternura. Apesar de decepcionado com a recusa de seu amor, Comte propôs uma relação fraternal.

Quando Clotilde adoeceu, com problemas sérios nos brônquios e abdominais, Comte revelou que seu amor era casto e puro como ela desejava. Deu-lhe o amor divino espiritual. A enfermidade aumentou e ele, não podendo mais visita-la, escreveu-lhe diariamente, considerando-a sua filha. Em 5 de Abril de 1846 Clotilde faleceu.

E numa tentativa de manter viva a imagem da mulher que tanto amou. Comte transformou-a em sua musa, criando a Religião da Humanidade. Nascia uma nova fase da doutrina positivista comteana.

A vida constante de Comte serviu-lhe de base para construir uma filosofia que idealizava um modelo de mulher. Como sofreu várias decepções amorosas com discursos que de certa forma mascarar a realidade vivida e projetar a imagem da mulher que tanto almejava. Em sua idealização buscou arquétipos e dados através de uma cultura que preconizava a mulher dedicada ao marido, aos filhos e a casa. Foi fortemente influenciado pelo pensamento clássico pelos ditames da Revolução Francesa e por Jean Jacques Rousseau.

Clotilde tornou-se a representação da mulher ideal, por que nunca a tocou, considerando-a pura, íntegra e com outras tantas qualidades que ele admirava, enquanto que Caroline, com quem realmente viveu, tornou-se a antítese da mulher perfeita. A primeira foi construída a partir do arquétipo de Maria, a Virgem e a segunda no de Eva, a Pecadora (conforme o capítulo dois).

A musa, Clotilde, foi transformada na alegoria da Religião da Humanidade, símbolo de grande adoração. E através do Catecismo Positivista, Comte ditou normas de conduta às mulheres, tendo como modelo a rainha do lar e o anjo tutelar, símbolos formados pelo arquétipo da Grande Mãe, segundo Jung.

Para impor os modelos femininos era necessário que o positivismo interferisse diretamente na educação da mulher e com isso de maneira indireta, direcionaria as relações e a estrutura familiar. Pois, segundo Comte, a organização de uma sociedade e sua política só seriam alcançada através da educação voluntária e planificada.

A influência sobre a educação da mulher começava pelo casamento determinando a idade mais apropriada para os noivos unirem-se. Estariam prontos quando alcançassem a maturidade para assumir tal compromisso. Conforme Comte:

(...) Elas Ficam aptos para o casamento desde a idade de 20 ano, o que aliás, garante melhor harmonia conjugal. Esses limites inferiores não podem ser diminuídos, em um ou outro sexo, senão por motivos muito excepcionais, naturalmente apreciadas pelos sacerdotes sobre sua contabilidade moral. Mas não é necessário fixar em geral nenhum limite superior, se bem que as mulheres devem casar antes dos 28 anos e os homens antes dos 35, quando a vida conjugal foi divinamente instituído (Comte, 1998: 128)

O casamento também era uma preocupação constante dos médicos sanitaristas do século XIX, porque era considerada antes de tudo uma forma higiênica de relacionar-se sexualmente e a segurava a boa saúde da sociedade, que assim não precisaria apelar para as práticas sexuais ilícitas, como a prostituição. Chegando ambos castos ao matrimônio, estariam evitando o perigo das doenças venéreas: a gonorreia e a tão temida sífilis, que eram incuráveis e traziam danos à estrutura social e moral. O casamento era a única forma de controlá-las e evitá-las, pois, garantia uma sexualidade saudável, como afirmava o doutor L. C. Azevedo:“(...) assegurar a saúde moral do corpo significa construir uma família conjugal, ordenada, reconhecida como espaço de uma sexualidade saudável” (Engels, 1989:128).

Para os positivistas, o casamento era muito mais que o espaço onde mantinha uma sexualidade saudável. Era considerado o alicerce da organização social. Como Comte não teve uma união fixa e duradoura buscou enaltecer regras que solidificassem e efetivassem o casamento, tornando-o indissolúvel.

Os noivos, além de atingirem a idade apropriada para assumir um compromisso, passavam por um ritual de 3 meses para aperfeiçoar os laços conjugais. Ao iniciar esse período o casal fazia voto de guardarem-se castos até o final do ritual, pois o trimestre tinha como objetivo a fusão de almas no seu estado puro, firmado através do casamento subjetivo. Durante os três meses os noivos conviviam na mesma casa sem contato sexual, buscando também uma preparação para assumir uma nova vida através do comprometimento de ambos, de seguir os sete princípios do casamento positivista, que visavam manter uma perfeita ordem familiar:

Monogamia indissolúvel completada pela viuvez eterna;
Sustento da mulher pelo homem;
Livre desistência do dote; (por parte da mulher)
Livre desistência da herança; (por parte da mulher)
Superintendência materna na educação;
Liberdade de testar;
Liberdade de adotar (Hino Ao Amor, 1902:1).

A partir dessas determinações, o espaço da mulher ficava restrito a casa, onde deveria dedicar-se exclusivamente ao trabalho doméstico e a educação dos filhos, enquanto o serviço externo para sustentar a casa, caberia ao marido.

O sustento da mulher pelo homem era considerado por Comte a principal norma para ordenar a sociedade (Comte, 1988:77). Essa norma, o filósofo a aplicava a si mesmo. Apesar de separado de Caroline, mantinha-lhe uma pensão mensal, pois legalmente ainda estavam casados.

A mulher deveria ser sustentada primeiramente pelo pai, com o casamento esta responsabilidade passava para o marido e com a morte deste, para os filhos. Caso a viúva não tivesse filhos, seu sustento caberia aos irmãos e, na ausência de familiares, o Estado assumiria o encargo evitando que ela ficasse desprotegida (Comte, 1988: 221).

O princípio era bastante difundido pelos seguidores do Positivismo que, em suas palestras e artigos, justificavam a limitação do espaço feminino afirmando que o lar era o santuário da mulher onde ela exercia seus deveres e orientava seus entes queridos. Conforme Joaquim Bagueira Leal e Teixeira Mendes:

(...) O santuário de sua ação angélica é o lar doméstico. Nenhuma mulher pode ser desviada para exercer qualquer função fora do lar sem prejuízo de seus deveres de filha, esposa e mãe (Leal, 1921: 3)

Na sociedade organizada o lugar da mulher é no lar, zelando sobre a saúde de seus entes queridos que a humanidade confiou à sua solícitude (Mendes, 1908:104.).

Percebemos em ambos os discursos à preocupação de salientar a imagem da mulher como responsável pelas atividades da casa e zelo pela família: deveria ser realmente a rainha do lar e o anjo tutelar. Caso optasse por trabalhar fora, cairia em uma desordem ora, pois deixaria de exercer sua verdadeira vocação para ocupar-se de atividades prescritas ao homem, indo contra sua natureza. Uma vez exposta

às agruras do trabalho externo, ela e seus filhos seriam contaminados com os problemas que seguiriam, tais como a miséria, a prostituição e desarticulação da família. Como resultado teriam desajustes às novas gerações e uma grande desordem social, prejudicial ao tão almejado progresso. Afirma Comte: “Sem esta emancipação universal (...) a família proletária não precisa ser realmente constituída, pois que a existência feminina fica assim entregue a uma horrível alternativa entre a miséria e a prostituição” (Comte, 1988: 77).

Comte não era o único pensador contrário ao trabalho feminino a enumerar os riscos que dele nasciam. Outros tinham a mesma postura, havendo um consenso a provar a existência de um inconsciente coletivo que repassava a todos a mesma imagem simbólica em relação à atividade externa feminina. Por trás do discurso de cada um estava a intenção de tirar a mulher do mercado de trabalho e com isso diminuir a oferta de mão-de-obra, e ao mesmo tempo, valorizar o trabalho e o salário masculino. É o caso de Engels, citado por Margareth Rago, salientando que o sistema fabril desorganizava a família e impedia que a mulher aprendesse os trabalhos domésticos. Segundo a mesma autora, o operariado também se posicionava contra a atividade externa feminina (Rago, 1987: 67).

O discurso contra o trabalho feminino foi constante na propaganda positivista, procurava sempre destacar o aspecto negativo gerado pela mulher que trocava seus deveres principais por uma profissão remunerada: “Toda a sociedade em que os homens sugam os serviços materiais das pobres mulheres, é uma sociedade em desorganização” (Leal, 1921:3-4).

Assim para que fosse mantida a ordem social e, por conseguinte, o progresso das instituições, a mulher deveria permanecer em casa dedicando-se ao papel de guardiã da moral e dos bons costumes, garantindo seu estado puro. Ficava também restrita ao lar era, pelo fato de ser considerada inferior ao homem no que diz respeito à inteligência e ao raciocínio, sendo assim movida unicamente pela emoção. Devido a isso, foi denominada por Comte com o sexo afetivo, sendo a representação da mais pura emoção. E, uma vez que são os sentimentos que determinam sua ação, era considerada irracional, tendo que ser protegida pelo homem. A inferioridade feminina encontrava-se expressa no discurso doutrinário do Catecismo Positivista, no diálogo entre o sacerdote e a mulher iniciada:

Mulher - Pelo que ouvi em nossa conferência preliminar, sinto-me atemorizada, meu pai, por minha profunda insuficiência para a elevada exposição que ides começar (...) minha inteligência se figura demasiado fraca para compreender esta explicação, por mais simples que vos seja dado fazê-la. (...)

Sacerdote - (...) As mulheres e os proletários que a exposição tem em vista não devem ser doutores, nem eles os querem. (...)

Mulher - Amedronto-me de minha nulidade pessoal antes semelhante existência. (Comte, 1988: 95, 96 e 99)

A inferioridade do sexo feminino em relação ao masculino foi salientada pelo filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau em sua obra *Emílio ou Da Educação*. Emílio, personagem que representava o sexo masculino, tem por qualidades as de ser ativo, forte, corajoso e inteligente. E por sua natureza, deveria ser educado para os negócios públicos. Já sua companheira Sofia, representante do sexo feminino, aparece em segundo plano, como um complemento às ações e qualidades de Emílio. Ela é descrita como um ser fraco, submisso, passivo e emotivo. Por ser a sua natureza frágil, seria educada de forma bem rígida para que não fosse corrompida pelos males da sociedade e somente aprenderia os trabalhos destinados ao seu sexo, ou seja, as prendas domésticas e tudo aquilo que a preparasse para ser filha, esposa e mãe. Nunca deveria meter-se nos negócios públicos, conforme Rousseau:

O que Sofia sabe mais a fundo, e que lhe fizeram aprender com mais cuidado, são os trabalhos de seu sexo, mesmo aqueles que não se lembram, como cortar e costurar seus vestidos. Não há trabalho em agulha que não saiba e que não faça com prazer; mas o trabalho que prefere a qualquer outro é o de fazer rendas, porque nenhum outro dá atitude mais agradável e em nenhum os dedos exercitam com mais graça e ligeireza. Dedicou-se também à todas as tarefas do lar. Conhece a cozinha e a copa; sabe o preço dos mantimentos; conhece as qualidades; sabe muito bem suas contas; serve de mordomo para sua mãe. Feita para um dia ser mãe de família e ela própria, governando a casa paterna aprende a governar a dela (Rousseau, 1992:473).

Rousseau influenciou muitos pensadores, principalmente os médicos sanitaristas do século XIX, que fundamentaram suas teorias e seus discursos higienistas nas teses do filósofo francês. Suas ideias foram retomadas por Comte, tanto na questão da educação da mulher como nas características que a tornavam inferior e frágil. Por isso tornou-se ne-

cessário que ela fosse protegida no espaço privado, como Rapunzel, em uma torre inacessível, mostrando um resgate de arquétipos reorganizados dentro de um discurso que visava uma imagem de mulher perfeita, bastante difundida pelos simpatizantes da doutrina Positivista.

Os poetas retratavam muito bem as características atribuídas ao intitulado sexo frágil, transformando as mulheres em verdadeiros bibelôs, que deveriam ser guardados com todo o cuidado, como podemos perceber nos versos de Marcelo Gama: “Leve, frágil, mignon, e que não anda esvoaça toda a alegria e moda e aroma e garridices, esta - capricho estético e graça faz-me pensar em gulodices” (Gama, 1914: 125).

As mesmas características aparecem nas crônicas de Chevalier de La Lune, afirmando que as mulheres não foram feitas para o trabalho externo e muito menos para se envolver em questões políticas e de cooperativas, mas foram criadas para se embelezar para o marido e embelezar a casa (La Lune, 1913: 2)

A mulher não podia se envolver em assuntos considerados do homem, como a política e economia, porque não possuía aptidão para isso, devido à sua emoção exagerada que a impossibilitava de pensar antes de agir, era de grande impulsividade. Muitas vezes ela usava desta característica para conseguir o que queria através da chantagem emocional (conforme o capítulo quatro).

O alto grau emocional feminino era também expresso no direito da época, no Código de Direito Civil Comentado, de Clóvis Bevilacqua:

(...) em tudo aquilo que exigir mais larga e mais intensa energia intelectual, moral e física o homem será mais apto do que a mulher, mas em tudo que exigir dedicação, persistência, desenvolvimento emocional delicado, o homem não pode ser equiparado à sua companheira. (Bevilacqua, 1917: 3)

Além de frágil, irresponsável e irracional, a mulher tornou-se assexuada, pois enquanto guardiã da moral teria que manter uma conduta acima dos padrões permitidos ao homem. Deveria ser constantemente vigiada, pois era fácil corromper sua integridade por ser de natureza leviana e, uma vez que se deixasse levar pelo deslize, implicaria em sua desmoralização perante a sociedade, perdendo seu estado de pureza.

Os médicos sanitaristas compartilhavam do mesmo pensamento. Afirmavam que, por causa da procriação, a mulher estava exposta a duas alternativas: poderia tornar-se esposa e mãe devota e com isso enquadrar-se na sexualidade sadia, ou deixar-se levar pelo instinto e tornar-se prostituta, enquadrando-se na sexualidade doente. Segundo o doutor João F. de Souza, a mulher era predisposta a prostituição resultante, entre outras coisas, à sua beleza e à sua passividade na função reprodutora (Engel, 1989: 77-78).

Para os positivistas o sexo existe em função da reprodução. A mulher deveria ser destituída de todo e qualquer desejo sexual para que sua pureza fosse preservada através da maternidade; ser mãe significava cumprir o papel de progenitora, garantindo assim as novas gerações. Nesse aspecto a mulher, além de ser comparada ao símbolo da Virgem-Mãe positivista, Clotilde, também se assemelhava ao arquétipo de Maria, a Virgem-Mãe católica, pois ambas reuniam a pureza e a ternura, atributos que as divinizavam.

A maternidade e especialmente a gravidez, esse estado realmente interessante, essa fecunda floração genética, esse amoroso fruto do paradisíaco do fruto proibido, esse embrionário feto do resgatado pecado original como que diviniza a mulher, coroando-a de uma divina coroa, envolvendo-a de um ninho celestial que a torna muitas vezes santa (Castro, 1921:39).

Muitas vezes o estado de pureza era mantido através do sacrifício, pois quando o marido tivesse suas crises, quando bebesse e a agredisse, a esposa deveria sofrer em silêncio, sem reclamar. O sacrifício da mulher por sua família era valorizado e difundido nos livros e palestras positivistas, como podemos constatar na obra de Teixeira Mendes:

Pureza quer dizer menor energia no egoísmo; a mulher é mais sóbria que o homem, o instinto sexual da mulher pode se dizer que não existe quase de ordinário; a mulher se presta, sacrifica-se às grosserias do homem, mas é fundamentalmente pura, a pureza quase não custa esforço à mulher, é tão severa quanto a este ponto, em relação ao seu sexo (Mendes, 1908:39).

Era necessário para os positivistas, tornar a mulher um ser assexuado, porque a imagem de mulher-objeto a afastava do papel de mãe tornando-a egoísta e fútil. Esforçavam-se em divulgar os modelos de rainha do lar e anjo tutelar, afirmando que ser mãe era o maior compromisso que a mulher tinha para com a sociedade, só assim cumpriria seu verdadeiro papel.

Mas não quer dizer que não devesse cuidar da aparência, podia se enfeitar com moderação para o seu marido, mas sempre mantendo o caráter puro de anjo, que como tal não possuía sexo. Tinha que ser uma criatura se vontade própria, desprovida do desejo sexual e submissa ao marido, ao qual se devotava por completo, sem restrições.

Por isso, os positivistas a consideravam a expressão máxima do amor, e amar estava relacionado com o ato de obedecer. Obedecia ao pai

e após o casamento ao marido, do qual passava a depender. Amar significava anular-se em favor de seus entes queridos, exercendo o seu dever de guardiã da moral e cumprindo as exigências que lhe eram feitas.

Instintos são esses de obediência; porque amar é obedecer. É preterir a vontade própria à vontade alheia; é gozar da felicidade de ver os outros satisfeitos (...) (Leal, 1921:1)
Ela obedece espontaneamente, porque obedece por amor, não por servilismo (Mendes, 1908:49).

A mulher tinha que ser submissa, pois existia todo um condicionamento moral e simbólico que determinava suas ações. Ela não possuía alternativas, se não fosse mãe dedicada e esposa obediente, cairia em profunda desgraça e o seu erro não seria perdoado. Carregaria a eterna mácula de ter saído dos padrões considerados normais pelos positivistas. Sua consciência e a sociedade sempre a condenariam por ter perdido seu estado de pureza.

A sociedade era mais condescendente com o homem, pois vivia exposto ao mundo público e fora educado para nele atuar, pelo que poderia ter uma postura moral diferente da mulher. O fato de possuir amantes ou de levar uma “vida alegre”, em muitos casos era simplesmente ignorado pela sociedade. Era o resquício da dupla moral existente desde o Brasil Colonial, que por um lado reprimia e vigiava a mulher e por outro, dava liberdade e tratamento diferenciado ao homem.

Frágil, sentimental, obediente e pura, estes eram os atributos da rainha do lar e do anjo tutelar. Representavam a imagem da perfeição feminina e foram amplamente reverenciados e difundidos pelos positivistas. Esses modelos exemplares tinham que ser seguidos por todas as mulheres, independentemente de sua condição social, pois para Comte “o anjo deve ser invocado como protetor e modelo” (Comte, 1988:120).

Para que as moças desempenhassem com perfeição o papel que lhes cabia, recebiam alguns conhecimentos básicos, principalmente as chamadas prendas domésticas, tais como costurar, bordar, fazer rendas e os serviços da casa, que lhes eram transmitidos por suas mães. Quando fossem para a escola aprenderiam essas matérias, oferecidas no currículo normal, além de tocar instrumentos musicais, como violino, acordeom e piano. Muitas escolas da época tinham em seu programa essas atividades e foram criadas escolas especiais para desenvolver exclusivamente tais trabalhos.

Além das escolas direcionadas às jovens das camadas mais abastadas, haviam algumas voltadas para meninas de origem humilde. Nessas, as aulas eram gratuitas e ministradas por senhoras da elite

rio-grandense. Era uma maneira de levar a todos os segmentos sociais o modelo de mulher imposto pelo Positivismo e ao mesmo tempo mobilizar obras de caridade.

Apesar das lidas domésticas cabia à mãe a educação dos filhos, pois era um dos compromissos assumidos no ritual do casamento positivista e os iniciados na doutrina constantemente reforçavam a importância dessa missão feminina, que preparava as meninas para serem futuras mães e os meninos para se tornarem grandes homens e futuros gênios, como afirmava Teixeira Mendes:

A verdadeira mestra é a mãe (...) o tempo preciso para que todas as mulheres pudessem aprender, de modo a exercer a sua função de mães, de formadoras de homens (...)
Se a mulher não escreve epopeias, não faz obras de gênio, tem uma função mais eminente, como dizia De Maistre: a de formar homens de gênio (MENDES, 1908: 15 e 33).

Lins reforça a afirmação, também citando Joseph de Maistre, sobre a importância da educação recebida na primeira infância, pois era considerada a fase mais importante da cultura do homem, onde se forma o homem moral (Lins, 1965: 239).

As mulheres deveriam educar seus filhos nos princípios da moral e do civismo, tendo como base a história, a grande “mestra da vida”, porque os vultos do passado, heróis e grandes homens, serviam como exemplos de vida e de conduta às novas gerações. A esses homens eram construídos monumentos e túmulos com o objetivo de preservar sua memória e de educar os jovens e toda a sociedade através da arte.

Sendo considerada uma educadora por natureza, a mulher poderia exercer a profissão de professora, orientando os alunos como se fossem seus próprios filhos. A professora trabalhava em escolas, casas particulares ou em sua própria casa, ou seja, sempre em ambientes fechados que a protegessem. Muitas mulheres desistiram de serem rainhas do lar e de construir família para se dedicar unicamente ao magistério.

Mas a que optasse por ficar solteira, era muitas vezes mal vista pela sociedade, pois estava deixando de cumprir sua função de progeneritora, e com isso perderia sua pureza espiritual, ficando desprotegida e exposta aos males da vida. A discriminação em torno da “solteirona” está bem caracterizada nos versos que seguem:

Há quantos lustros
Como a bonina
Lá na campina
Brilhaste então...
Hoje coitada!
De ardor requintas
Te encrespas, pintas
Em vão, em vão...

Dezesseis anos?
Viço, frescura,
Bela estação
Águas passadas...
Coisas finitas...
Agora pitas
Velho canhão. (Nicolao, 1892:1)

Isso acontecia porque o lugar da mulher era dentro do lar cuidando de seus entes ou afazeres. Se ficasse solteira estaria fora dos padrões pré-estabelecidos. Mas se decidisse dedicar-se unicamente ao magistério, ensinando as crianças como se fossem seus próprios filhos, resgatava o estado de pureza no papel da mãe-educadora. Com essa escolha, não sofria discriminação.

O casamento era estimulado por ser o alicerce da organização social e por prescrever o controle e a submissão da mulher. Tanto que os simpatizantes da doutrina seguiam as normas do casamento positivista e impunham suas cláusulas às mulheres que as assumia com a união. Ou então buscavam um contrato de casamento com suas 24 cláusulas, publicado no jornal *Corimbo*, de propriedade das irmãs Revocada Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro, na cidade de Rio Grande, destacado em artigo de Hilda Flores (Flores, 1994: 50 a 53).

O laço matrimonial era um vínculo tão forte que deveria ser mantido até depois da morte do marido, pois existia a lei da viuvez eterna que regulava a vida das viúvas através de normas de conduta estabelecidas por Comte: ficar fiel ao marido, cultuando-o e chorando eternamente a separação. Mantendo-se assim preservaria a sua pureza e a moral do falecido, e como resultado de seu recato, manteria a família estruturada. Caso não seguisse essas normas, sua moral seria manchada, causando a ruína de seu lar. A viuvez era um meio de resgatar o caráter divino de anjo, perdido com a vida sexual durante o casamento (Comte, 1988: 220). O homem viúvo, ao contrário, poderia casar-se novamente, porque precisava de outra rainha do lar para cuidar da casa, dos filhos e dele mesmo.

O lar era considerado o santuário da mulher, onde inspirava o marido e os filhos no cultivo do privado positivista. A participação feminina

na sociedade ficava restrita aos grupos de caridade e aos saraus culturais.

A mulher também poderia exercer a função de costureira, uma vez que aprendia a técnica do corte, da costura e do bordado para confeccionar o seu próprio enxoval. Era uma atividade vista com “bons olhos”, desde que o local de trabalho fosse no lar ou em respeitáveis ateliês de costura.

Podemos, pois, concluir que a rainha do lar tinha como funções principais procriar e criar seus filhos, cuidar do marido respeitando sempre suas exigências e administrar a casa. O anjo tutelar deveria cuidar da educação das crianças, servir de musa para inspirar o marido e os filhos a serem homens honrados e a praticar o culto privado, mantendo presente as ideias positivistas. Ambos os modelos deveriam zelar pela moral da família, conservando sempre o estado puro, além de doarem-se por completo. Anulando suas próprias vidas, seriam gratificadas ao ver seus filhos crescidos e cidadãos dignos. Difundida em discursos simbólicos, a doutrina de Auguste Comte, moldou posturas de conduta feminina que deveriam ser seguidas pela mulher de todos os segmentos sociais. Se por um lado enalteciam os modelos de rainha do lar e anjo tutelar, inspirados no símbolo de Clotilde de Vaux, por outro lado, estabelecia o oposto de Caroline Massin, representação da mulher leviana e sem moral. As ideias comteanas baseavam-se em arquétipos femininos herdados de uma moralidade judaico-cristã na figura da Virgem Maria o modelo de todas as virtudes, e na de Eva, o de todos os pecados.

O Positivismo ao mesmo tempo em que elegeu a mulher sua grande guardiã, reforçou a mentalidade baseada na moral conservadora e tinha como objetivo tirar a mulher do campo profissional e científico, enclausurando-a em sua própria casa, sob alegação de que era irracional e não tinha controle de seus impulsos. Somente presa no lar e tutelada pelo homem, a mulher poderia exercer uma influência positiva.

A Moral Católica e a Positivista

Eis aí porque a mãe permanece então nosso principal anjo da guarda. Os anjos não têm sexos, pois são eternos (Auguste Comte)

Definimos a moral positivista no capítulo anterior, cabe agora definir a moral católica. Segundo o padre Herriberto Jone (1946:38), “o ato moral é praticado livremente e com advertência de sua relação com a norma de moralidade”. Por não admitir outro discurso moral, todos os atos de conduta de uma sociedade devem estar de acordo com a moral católica. Jone estabelece ainda dois tipos de normas de moralidade:

Norma de moralidade remota é a lei eterna, contida na essência e na organização das coisas, como também na sua coordenação final.

Norma de moralidade próxima é a razão humana enquanto conhece a eterna e amplia no caso concreto (consciência). Moralmente o bom ou mal é o que concorda ou não com a norma. Controverte-se a possibilidade de atos indiferentes em concreto (Jone, 1946: 38).

Uma vez estabelecidos esses conceitos, passaremos a analisar seus pontos de convergência.

No Brasil Império o poder eclesiástico e o laico, Igreja e Estado, estavam fortemente ligados, por ser o catolicismo a religião oficial. O casamento religioso tinha validade civil e os cemitérios estavam sob o poder clerical. Existia o Padroado Régio, sistema herdado de Portugal, no qual o rei tinha amplos poderes para nomear bispos, escolhidos entre seus amigos ou pessoas que mais lhe conviesse, sendo que nem todos os nomeados vinham de uma carreira eclesiástica. O Papa os legitimava conforme indicação real. No Brasil o rei nomeava os padres e controlava os documentos pontífices.

Todas as bulas papais ou qualquer outro documento pontifício passava pelas mãos do Imperador e somente depois de sua aprovação chegavam aos bispos. Era o chamado *Placet*. O governo considerava os clérigos seus funcionários e por ele eram mantidos.

A República rompeu com essa estreita relação entre o poder eclesiástico e o laico, tornando-os distintos a partir da nova ordem vigente. Os cemitérios foram secularizados, o casamento para ser válido devia ter registro civil, o ensino tornou-se leigo e público, sendo cortados os laços de dependência entre o culto religioso e o governo. Todas essas normas foram prescritas na Constituição Republicana de 1891.

Com a instauração do regime republicano, destacam-se as influências do anticlericalismo liberal e da doutrina positivista, e essa trazendo a proposta de Religião da Humanidade, que cultivou as leis naturais e o discurso racionalista, científico, opondo-se ao da Igreja Católica.

No Rio Grande do Sul, como vimos no capítulo anterior, o Positivismo Comteano adaptado por Castilhos desenvolveu-se de maneira mais forte e concisa diferenciando-se do resto do país. A Constituição Federal, promulgada em nome da Família, da Pátria e da Humanidade, preservou o seguinte sobre a questão religiosa:

80- A monogamia é essencial à organização da família, mediante o casamento civil, cuja celebração será gratuita, não dependendo da observância religiosa, que se efetuará antes ou depois, conforme desejo dos cônjuges.

90- É gratuito aos habitantes do Estado o culto dos mortos, mediante a instituição dos cemitérios civis, administrados pela autoridade municipal (...)

100- Será leigo, livre e gratuito o ensino primário ministrado nos estabelecimentos do Estado.

110- Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência com o governo do Estado (Constituições Rio-grandenses, 1963:68).

A família, o casamento monogâmico, o culto aos mortos, a educação e a autonomia entre Estado e religião, são princípios básicos do Positivismo para organizar a sociedade, conforme capítulo anterior. Essa preocupação transpõe-se também para as leis.

Aparentemente o Positivismo e a Igreja Católica opunham-se frontalmente. O primeiro possuía suas bases no discurso científico enquanto que a Igreja, em fundamentações teológicas. Mas nas questões relacionadas à família, propriedade e moral, ambos tinham discursos semelhantes.

O ponto de maior convergência entre as duas instituições era a questão da organização da sociedade. Baseada na moral autoritária transportava-se à educação familiar e se completava na escola. Em

ambas, a mulher era a guardiã moral e do culto religioso, resultante da reprodução rotineira de seu cotidiano, onde lhe são transmitidos os símbolos e signos de uma cultura. E conforme Flores “(...) pode-se afirmar que a mulher é a guardiã da cultura de um povo, no momento em que ela reproduz a rotina do espaço familiar, transmitindo as heranças do grupo” (Flores, 1993: 326).

Para seguir a nobre missão de difundir a fé católica, deveria seguir o modelo da Virgem Maria, mãe de Jesus Cristo, simbolizando uma mulher sem mácula que se dispôs a obedecer aos desígnios de Deus, sem nunca os questionar. O símbolo feminino no Positivismo era Clotilde de Vaux. Os dois modelos representavam a imagem da perfeição e do sacrifício feminino

Comparando os modelos idealizados, encontramos pontos em comum, tanto na sua construção simbólica como na sua representação ou signo.

Maria, segundo os evangelhos, foi escolhida por Deus para ser a mãe de seu filho Jesus Cristo. A escolha se deu devido às qualidades que possuía. E após a concepção permaneceu Virgem, mantendo o seu caráter divino. Ela aparece mais quatro vezes nos evangelhos: Em Jerusalém, onde encontra o filho entre doutores; em Canaã, onde obtém dele o primeiro milagre; durante a pregação de Jesus e por fim no Calvário ao pé da cruz, quando sua proteção foi confiada a São João (Bíblia, 1980: 11 e 41).

Os dogmas católicos ensinam aos fiéis que ela possui no céu uma glória superior à dos outros santos, a de interferir junto ao seu filho em benefício da humanidade pecadora “ até na hora da morte”.

A Igreja deu à Virgem Maria, por volta do século XII, o título de Nossa Senhora, e por ele passou a ser invocada. Sua designação era dada por atributos, pelos quais mais tarde passou a ser venerada: Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora das Graças, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Consolação, Nossa Senhora da Boa Morte e assim por diante, dependendo da graça que o fiel pretendia alcançar, ou ainda pelo nome do santuário ou igreja que era venerada.

Sua representação iconográfica tradicional era a de uma jovem adolescente, com mais ou menos quinze anos, trazendo ao colo o Menino Jesus ainda bebê, representando o caráter de progenitora e de zelo (imagem 1).



Imagem 1: Madonna e o Menino, Raphael.

Já a Virgem Mãe Positivista inspirada na figura de Clotilde de Vaux, foi representada como uma mulher madura para sua época, por volta dos seus trinta anos, mas no conjunto da construção da imagem assemelha-se à da Virgem Maria, tanto na representação de trazer uma criança ao colo, como em seu significado: a mulher enquanto guardiã da moral era responsável pela concepção e educação das futuras gerações. A obra foi executada pelo artista carioca Décio Villares, e 1890, que pintou o Estandarte da Humanidade como desejava Comte (Carvalho, 1993: 84).

Figurada ou esculpura, nossa Deusa terá sempre por símbolo uma mulher de trinta anos, tendo seu filho nos braços. A preeminência do sexo afetivo caracterizará semelhante emblema, em que o sexo ativo deve colocar sob sua santa tutela (Comte, 1988, p. 136).

As duas idealizações femininas fundiam-se nos modelos perfeitos de rainha do lar e anjo tutelar, que deveriam ser seguidos por todas as mulheres, reunindo assim os deveres de esposa, mãe e educadora (imagem 2).



Imagem 2: A Humanidade de Décio Villares, 1890 (Carvalho, 1993: 133).

A semelhança entre os modelos femininos propostos pela simbologia Católica e pela Positivista, não nos parece uma mera coincidência. Apesar da Religião a Humanidade criticarem a Religião Católica, podemos afirmar que Comte, nas questões referentes à moral, organização da família e modelo de conduta da mulher, sofreu grande influência da Igreja Católica, uma vez que esta era a maior divulgadora e mantenedora da mentalidade moralista e conservadora.

Cabe ainda salientar a questão da virgindade, expressa nos modelos e constantemente difundida pelas duas doutrinas, pois segundo Jung “(...) a sexualidade exerce um papel importante na formação de símbolos, inclusive nos religiosos” (Jung, 1989: 218), explicando a preocupação constante de construir um discurso que controlasse a sexualidade feminina.

A Virgem Maria representa a pureza de espírito e de corpo, pois após a concepção do filho de Deus manteve-se sem mácula. Existe a necessidade de construir uma simbologia que dignifique a concepção e mascare

ou anule o ato sexual. A Grande Mãe foi fecundada de modo incomum por um ser etéreo, o Espírito Santo, que tem como signo a pomba branca.

Conforme os dogmas católicos, Deus escolheu uma de suas filhas para gerar seu filho, Jesus, que também é Deus. Mas se tirarmos o caráter simbólico, a leitura seria a seguinte: O pai fecundou a filha para gerar a si próprio, como nos mitos solares e da antiguidade pagã (Jung, 1989: 213). Desta forma estaria cultuando o incesto, e como esse tipo de relação fere a moral social e católica, era necessário que se criasse uma aura de mistério e uma simbologia que escondesse a sexualidade, mistificando-a e apelando para o dogmatismo, anulando o pensamento e a crítica às ideias apresentadas. Por isso que Maria, em sua iconografia, encontra-se representada como uma jovem, salientando o seu caráter divino, mantendo-a livre do pecado original, o que reforça a sua condição de ser assexuada.

Na Virgem Mãe positivista destaca-se a pureza se espírito, legitimada e glorificada com a procriação, que mais tarde seria resgatada pela viuvez, quando se tornava novamente anjo e como tal não tinha sexo. Nessa simbologia, o sexo justifica-se através da concepção. A virgindade deixa de ser simplesmente uma questão material para ser espiritual. Isso tornava o segundo modelo mais próximo de ser atingido, embora e também reprimita a sexualidade feminina, porque a mulher que perdesse seu estado puro não merecia perdão. Perdão não existia no Positivismo. No catolicismo o perdão era dado mediante a confissão do pecado e o comprometimento de fazer penitência.

Mas, virgindade espiritual também poderia ser resgatada através da prática viuvez, sendo que esse pensamento tem origem nos temas e teses dos padres e monges medievais, que perdurou até século XV. Em uma tentativa de recuperar a pureza perdida os padres afirmavam: “(...) as virgens, recolherão cem vezes mais o fruto de seus méritos: as viúvas, sessenta vezes; as esposas, trinta” (Duby, 1990: 44).

O casamento e, por conseguinte o ato sexual era bastante criticado por uma parte significativa de clérigos. Mas a partir do conhecimento e difusão de teses de Aristóteles, a mentalidade da Igreja sofreu várias modificações e com o passar do tempo encontrou formas de valorizar o ato sexual, desde que dele viessem os filhos. Isso instituía o matrimônio como uma forma de sexualidade sadia e licita, dando à mulher o papel de progenitora. Tal mudança no pensamento da Igreja vem ao encontro da tentativa de controle das doenças venéreas.

Os princípios do casamento e o papel da mulher dentro da família cristã foram ressaltados pelo Papa Pio XI na encíclica *Casti Connubii*, na qual cita Santo Agostinho que enfatiza a importância da concepção dos filhos, pois “Mesmo com a mulher legítima, o ato matrimonial é ilícito e

desonesto, quanto se evita a concepção da prole (...)” (Pio XI, 1952: 24).

Os filhos concebidos eram considerados uma bênção de Deus e, caso a mulher não concebesse, era comparada a uma árvore seca, incapaz de dar frutos e continuar o ciclo da vida.

A árvore, a terra e a água são símbolos maternos comuns a todas as religiões, encontrados tanto nos cultos pagãos como nos cristãos. Durante a Idade Média a árvore tinha o título poético de senhora (Jung, 1951: 54). A árvore frutífera era a mãe que reproduzia; a seca, a mulher estéril, comparada por Jung a Lilith, que segundo a tradição judaica teria sido a primeira mulher de Adão, com o qual lutara pelo poder. Abandonou-o e refugiou-se no mar. Transformou-se numa lâmina que ameaçava as mulheres grávidas e as crianças recém-nascidas (Jung, 1951:239).

No imaginário, Lilith, é representada pelo símbolo da Lua Negra, sendo definida como o demônio feminino que perturba os lares e devora os recém-nascidos. Representa principalmente uma das formas do demônio da luxúria, por seduzir os homens para o prazer sexual e provocar amores ilegítimos e incestuosos. A representação grega de Lilith era a deusa Hecate.

Mas a mulher não tivesse filhos era discriminada pela sociedade e somente tornava-se digna ao exercer a função de professora, na qual os alunos tornavam-se seus filhos. Nesse caso, transformavam-se por transposição num símbolo materno.

A Igreja considerava que a mãe que morresse ao dar à luz, estava dando a maior prova de amor e sacrifício materno. Essa qualidade de heroísmo era exaltada, para evitar que a mulher não procriasse com medo da morte no parto, causada na maioria das vezes por falta de higiene e má alimentação da parturiente.

No imaginário popular formou-se um verdadeiro “horror ao parto”, pois era associado a dor e a morte, resultante de uma tradição de longa data na qual a mulher era assistida por uma parteira que utilizava métodos rudimentares, não esterilizava os utensílios usados no corte do cordão umbilical, não havendo nenhum controle sobre possíveis infecções que atingissem a mãe e o bebê. Outro fato que contribuía para a morte da parturiente era o período pós-parto, no qual era proibida de tomar banho e lavar a cabeça por quarenta dias se a criança fosse menina, e trinta, se fosse menino. Sua alimentação era bastante fraca, basicamente sopa rala ou canja, recomendada para que o leite se tornasse mais forte.

Nesses momentos era evocada a Nossa Senhora do Bom Parto para proteger a mãe e o recém-nascido. No caso do falecimento da mãe, evocava-se a Nossa Senhora da Boa Morte, para zelar pela alma da mulher que deu sua vida em sacrifício pelo filho. E, para consolar os que ficavam, re-

corria-se à Nossa Senhora da Consolação. A tradição se manteve mesmo após os avanços e descobertas da medicina, com uso de maior assepsia e de dieta alimentar mais adequada, o que diminuiu o número de óbitos nos partos.

Dentro da estrutura famílias, a mulher e os filhos deveriam ficar subordinados ao marido, porque ele era considerado um ser superior, o chefe da família que provia o sustento da casa, e por isso deveria ser obedecido e admirado.

A submissão da mulher ao marido estava prescrita na Bíblia desde a criação. Eva foi feita de uma costela de Adão, retirada quando ele dormia. Foi considerada a primeira mulher, a primeira esposa e a mãe da humanidade. Representa o lado sentimental e irracional do ser humano.

Eva foi seduzida pelo demônio em forma de serpente, sendo a grande responsável pela expulsão do paraíso. Deus a puniu por ter persuadido Adão a comer o fruto da árvore proibida, passando, como castigo, a ter dores ao conceber e ser eternamente submissa ao homem: “Disse também à mulher: Multiplicarei os sofrimentos de teu parto; darás à luz com dor teus filhos; teus desejos te impelirão para o teu marido e tu estarás sob o seu domínio” (Ge 3: 16).

Segundo Pio XI, este ato não a inferioriza, pois, a mulher tem como papel pré-determinado dentro da organização familiar, a nobre missão de ser esposa, mãe e educadora. Era considerada o coração, o primado do amor da mais pura emoção, enquanto que o homem era a cabeça, detinha o primado do governo e da razão: “Se efetivamente o homem é a cabeça, a mulher é o coração, e se um tem primado do governo, a outra pode e deve atribuir como seu primado do amor” (Pio XI,1952:14).

Em outras palavras, o homem deve sustentar e governar a casa, pois age de maneira racional, sem nunca se deixar levar por emoções. Por isso, seu campo de atuação é o espaço público, enquanto a mulher, por ser frágil emotiva e muitas vezes irracional, deve ser protegida no espaço privado do lar, sob a tutela do homem.

Este tipo de argumentação, como vimos no capítulo anterior, foi bastante utilizado pelos positivistas para justificar a superioridade masculina e a inferioridade feminina, demarcando assim o espaço do homem e da mulher na família e na sociedade, tendo ele como senhor supremo e ela como subalterna.

Se nos reportarmos à tradição judaico-cristã prescrita na Bíblia e retomada pelos inquisidores Kramer e Sprengler no *Malleus Maleficarum*, encontramos Eva, a pecadora, como arquétipo primordial de todas as mulheres, feita de uma costela de Adão, ou seja, um osso torto que já denota uma imperfeição desde sua criação e nas suas características fe-

mininas. Portanto deveria ser enclausurada dentro de seu lar, livre das tentações mundanas:

E convém observar que houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurvada, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura é por assim dizer, contrária à retidão do homem. E como, em virtude dessa falha, a mulher é animal imperfeito, sempre decepciona e mente (Kramer & Sprenger, 1991: 116)

A afirmação dos inquisidores foi baseada na mentalidade construída pelos padres misóginos ao longo da Idade Média e essa repulsa às mulheres originou uma série de afirmações bizarras, tais como a de Odão de Cluny, monge do século X:

A beleza do corpo reside senão na pele. Com efeito, se os homens vissem o que está debaixo da pele, a vista das mulheres dar-lhes-ia náuseas.... Então, quando nem mesmo com a ponta dos dedos suportamos tocar um escarro ou um excremento, como poderíamos abraçar esse saco de excrementos? (Dubby & Perrot, 1990: 35)

A mulher era considerada um ser altamente nocivo ao home e à sociedade, pois todas eram movidas unicamente pelo instinto sexual e devido a isso eram servas do demônio, e em nome dele praticavam a magia negra. Era as tão temidas bruxas, que para pagar seus pecados e servir de exemplos às outras mulheres eram condenadas a fogueira. Essa mentalidade da Igreja foi registrada no *Maellus Maleficarum*, que se transformou na Bíblia dos inquisidores, porque era um manual que ensinava técnicas de como reconhecer a bruxa, como obter a confissão, etc.

Mas aos poucos a igreja foi mudando seu pensamento e preferiu ter na mulher uma aliada e não uma inimiga, pois segundo Jung, a Igreja apesar de sua rigidez, admite que o dogma seja vivo, portanto susceptível a modificações e evoluções (Jung, 1990: 11). E para tanto a mulher deveria participar do culto e do sacramento do batismo, para regenerar sua alma:

(...) mandou o Cristianismo para levantar a companheira do homem do abismo das trevas, do nada a que a materialista e bárbara antiguidade tinha atirado o anjo da família. (...) a regeneração da mulher foi o Cristianismo que consumou (A Estrela do Sul, 1864: 7).

A Igreja a transformou a mulher numa guardiã da fé, mas desde que cumprisse as suas determinações quanto à conduta moral, basea-

da no modelo da Virgem Maria, simbolizando a pureza e devoção, em oposição a Eva, representação da mulher leviana.

Assim como o arquétipo de Maria, que deixa de ser um símbolo por sua distância, forneceu subsídios para a idealização da figura de Clotilde, da mesma forma o arquétipo de Eva, inspirou o de Caroline.

A retomada da figura de Eva era necessária para que se possa ter o lado oposto da figura de Maria. Se nos reportarmos à mitologia grega encontramos Pandora, como a responsável pelas desgraças do mundo. Ambas representam as duas faces da Grande Mãe, uma boa e outra má, uma idealizada e outra verdadeira. Constatamos que existe uma necessidade de atribuir à mulher um caráter leviano e de culpá-la pela desordem moral, quando esta fica exposta ao mundo dos homens.

Pio XI expressa ainda todo o pensamento da Igreja contra a tríplice emancipação feminina: filosófica, econômica e social. Era contra a filosófica, porque a mulher passaria a viver conforme sua vontade, e exigiria seus direitos de igualdade, deixando de lado seus deveres principais. A emancipação social e econômica também prejudicaria os afazeres principais da mulher e a exporia à vida pública, com seus problemas e distorções. Portanto a emancipação feminina era altamente prejudicial, pois trazia em seu cerne a corrupção da guardiã da moral e a dissolução do lar.

No entanto esta emancipação não é verdadeira, nem razoável e digna de liberdade que convém à cristã e nobre missão da mulher e esposa; é antes a corrupção da índole feminina e da dignidade materna e a perversão da família, enquanto o marido fica privado de sua mulher e esposa, os filhos de sua mãe, a casa e toda sua família de sua sempre vigilante guarda. Pelo contrário, essa falsa liberdade e essa inatural igualdade com o homem redundam em prejuízo da própria mulher; porque, se a mulher desce daquele trono real a que dentro do lar foi elevada pelo evangelho, depressa cairá na antiga escravidão (se não aparente certamente de fato) como no paganismo, simples instrumento do homem (Pio-XI, 1952:33).

Tais afirmações vêm ao encontro dos arquétipos que limitavam o homem no espaço público e a mulher no privado. Portanto, mais uma vez, constatamos que as ideias da Igreja foram utilizadas pelo Positivismo com relação ao trabalho feminino. Nas duas doutrinas ele era visto como uma forma de degradação moral da mulher e de sua família. No preceito citado também encontramos a afirmação de

que a mulher não pode deixar seu cargo de anjo tutelar e muito menos sair de seu trono de rainha do lar, funções que lhe foram incumbidas e realmente a dignificavam, segundo Pio XI (1952).

O Positivismo trazia como grande utopia a sociedade industrial, conquistada a partir da regeneração social. O progresso era o grande objetivo do Rio Grande do Sul que iniciava sua industrialização no final do século XIX. Os latifúndios destinados à pecuária incorporavam as mudanças tecnológicas e passam a transportar o gado para o matadouro através de ferrovias, dispensando o tropeiro. O gado de raça e as cercas de arame diminuíram o número de campeiros. E o excedente de mão-de-obra do campo foi para a cidade trabalhar na indústria concorrendo com o trabalhador urbano (Flores, 1993:137). Como a oferta de mão-de-obra tornou-se bastante grande, havia uma necessidade de excluir o trabalho feminino, eliminando a concorrência com o masculino. Diante desse quadro, era natural que a proposta positivista de enclausurar a mulher dentro de casa, impedindo-a de trabalhar fora, imposta pela elite controladora do poder, composta por banqueiros, industriais e técnicos, fosse aceita por grande parte da sociedade.

O maior exemplo de que a mulher deveria ser protegida e sustentada pelo homem está no evangelho, quando, por ocasião da morte de Jesus, ele entregou sua mãe aos cuidados do apóstolo João para ser protegida. Não cabia, pois, a ela continuar divulgando os ensinamentos pregados pelos filhos, mas sim aos homens que o seguiram.

Assim como os positivistas, a igreja preocupava-se com a formação das jovens para que fossem no futuro boas esposas, mães zelosas e propagadoras da fé. Para as jovens, existiam as congregações das Filhas de Maria. As jovens eram estimuladas pelos cônegos das paróquias após a primeira comunhão, a levarem avante sua dedicação para com a Igreja, os ensinamentos de Cristo e a devoção a Deus.

A doutrina de pureza e castidade iniciava nas aulas de catecismo, preparatórias para a primeira eucaristia. As meninas ganhavam instrução mais direcionada à sua natureza. Antes de completarem as aulas, recebiam em sua casa o ícone de Maria Menina (imagem 3), que permanecia uma semana e cada casa. Este costume tinha como objetivo aproximar mais jovens do símbolo e signo de Maria.



Imagem 3: Maria Menina. Museu da Congregação da Nossa Senhora do Horto, Dom Pedrito/RS.

As jovens aprendiam os dogmas da fé, eram responsáveis pela ornamentação da Igreja, ajudavam nas festas religiosas e quermesses, obedeciam às rígidas normas de conduta e trajava-se de maneira uniforme e recatada. Usavam um vestido branco de mangas longas, trazendo ao peito uma medalha da Virgem Maria presa por uma fita azul celeste ao pescoço. Quando assumiam a responsabilidade de pertencer ao grupo, passavam por um ritual celebrado no templo e faziam o seguinte juramento:

Prometeram sempre servir com generosidade e alegria a sua terna Mãe, Virgem Imaculada:

Sempre - sem influência de impressões externas

Sempre- sem considerarem o número de anos que viverem

Sempre- suceda-lhes o que suceder quer próspero ou adverso, seja enfermidade ou saúde, seja honra ou desprezo.

Sempre - sem admitir pausa ou tempo feriado.

Oh! Congregação querida, sob tua bandeira açucenal queremos viver e morrer! Oh! Terna Mãe, a vós escolhemos para sempre por nossa Senhora, Protetora e Mãe (Unitas, 1923: 115 e 116).

A roupa branca representava a pureza e a castidade que as jovens deveriam manter até o casamento, quanto entregavam a fita com a medalha para ser passada a outra jovem, digna de pertencer ao grupo das Filhas de Maria.

As mulheres casadas reuniam-se na Associação do Sagrado Coração de Maria e os homens no Sagrado Coração de Jesus. A maior participação nas reuniões e nas comissões, para conseguir fundos para as obras assistenciais, era das mulheres. Os homens participavam apenas com contribuições e doações.

Essas associações eram direcionadas ao ensino dos dogmas cristãos, e enfatizam o papel que ocupava a mulher dentro da sociedade, limitando e controlando sua sexualidade, contribuindo assim para a manutenção de uma mentalidade baseada no símbolo conservador construído a partir da imagem de Maria.

O cuidado que tinham esses grupos em controlar as mulheres, era bastante intensivo, como podemos perceber antes da conferência realizada em 1924 pelas Filhas de Maria da Congregação Imaculada Conceição no município de Estrela, Rio Grande do Sul, que tinha como objetivo criticar as mudanças na moda trazidas pelo cinema norte-americano através das melindrosas. Mas antes de analisar esse contexto, a autora faz uma verdadeira retrospectiva crítica da moda. Os vestidos longos foram substituídos por curtos, cheios de adereços e com decotes mais pronunciados. Conclui Quinota Vianna Rushel, palestrante, que o vestido a ser usado pelas mulheres devia ser prático e higiênico para não prejudicar as práticas domésticas, seguindo as regras da estética sem deixar exprimir um caráter de pureza e moralidade (Rushel, 1924: 28 e 29).

Os cuidados com o vestuário refletiam a preocupação moral com usos e costumes do catolicismo e estendiam-se à viuvez, pois existia um período de luto pré-determinado variando conforme o grau de parentesco:

A duração dos lutos é a seguinte: por pais, avós, consortes - 12 meses; por padrastrós ou sogros - 9 meses; por filhos, irmãos, tios, genros, noras e cunhados mais remotos - 1 a 2 meses. Em todos os casos, metade do tempo é de luto pesado e a outra, de luto aliviado (Almanaque Estrela do Sul, 1928: 176).

E a cor apropriada esse período eram as vestes de cor preta, que representavam o luto, a perda e a morte. O uso de roupas de cor preta iniciou na metade do século XVI devido à ascensão econômica e cultural da Espanha, adotou-se o hábito de usar roupas pretas em contrapartida a tradição de usar roupas coloridas na corte europeia. Para os espanhóis

o preto era uma cor que simbolizava rigor, sobriedade e religiosidade. E, como passar do tempo, a veste negra passou a representar o luto. Esse caráter foi acentuado pela rainha Vitória da Inglaterra, que com a morte de seu esposo, o príncipe Albert em 1861, optou por usar o luto até o fim de sua vida. Durante a segunda fase da era vitoriana o preto extremo e elaborado vestiu britânicos e passou a influenciar outros povos.

Diante de tais normas sociais, podemos constatar que o vestido preto, passou a ser a roupa principal do guarda-roupa feminino. E, em alguns casos, era também usado como vestido de noiva (imagem 4). Tal fato ocorria porque a roupa era uma peça muito cara e o luto um estado constante, portanto optava-se pela praticidade de fazer o vestido de noiva na cor preta, que no futuro serviria tanto para o luto e como para mortalha.

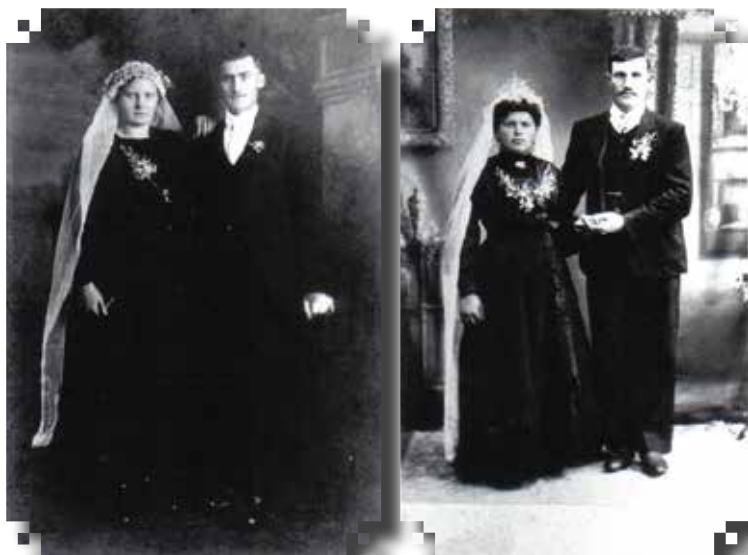


Imagem 4: Noivas de negro.

Passado o período prescrito para o luto em honra do falecido marido, a viúva poderia se casar desde que o novo pretendente fosse um homem digno e capaz de sustenta-la e protegê-la, bem como aos filhos do primeiro matrimônio, se houvesse. O mesmo direito tinha o viúvo. Nisso difere a doutrina positivista, segundo a qual, somente o homem poderia contrair novamente núpcias, devendo a mulher chorar eternamente a falta do marido seguindo a lei da viuvez eterna (imagem 5).



Imagem 5: Viúva eterna.

Novamente observamos que o Positivismo, apesar de se opor aos dogmas católicos, ao tratar da questão moral tem pontos de convergência no que se refere à organização social. No Rio Grande do Sul a aproximação das duas doutrinas era maior, pois o Positivismo Castilhistas e o pensamento da Arquidiocese viviam em harmonia, tanto no governo de Júlio de Castilhos, como no governo de Borges de Medeiros, sem conflito direto. Existia um convívio familiar justificado pela liberação do ensino religioso nas escolas públicas por Júlio de Castilhos e constantes donativos de Borges às obras católicas e manifestações de amizade entre ele e D. João Becker (Isaia, 1993: 21). Isso ocorreu devido à postura política de Castilhos e Borges, de não seguir à risca a Religião da Humanidade, ou seja, o Positivismo Ortodoxo. Seguiam uma adaptação das ideias de Comte, transformada no Positivismo Heterodoxo, que deu certa liberdade ao Catolicismo na questão do ensino, pois como vimos a moral era a mesma.

Comte refutava terminantemente a educação e a moral religiosa, porque as considerava atrasadas e inúteis. Mas até que fosse instalada a educação positiva ela permaneceria como a única corrente, como saliente em uma carta enviada à Clotilde.

Até aí a educação religiosa, apesar de excessivamente atrasada, permanecerá a única coerente, a despeito de sua deplorável influência mental e a nulidade de sua ação moral, que logo resulta de uma ativa desmoralização prática assim que o inevitável contato com o mundo abale os frágeis fundamentos de uma fé já factícia[...] (Comte, 1994: 130)

A boa convivência foi iniciada por Dom Cláudio Ponce de Leão, nomeado em 1890 bispo de Porto Alegre. Formou um clero dócil às determinações das autoridades eclesiásticas e um laicato religioso baseado no Conselho Tridentino. Presenciou a Revolução de 1893, mas tomou todo o cuidado para não revelar suas inclinações políticas (Isaia, 1993: 20).

D. João Becker, arcebispo de Porto Alegre de 1912 a 1946, considerava Castilhos e Borges modelos de condutores de homens, que moldavam a sociedade e a conduziam para um futuro melhor.

Baseado nas palavras do arcebispo, Isaia ressalta que o condutor de homens deveria possuir caráter e moral elevado, e só assim seria aclamado e requisitado pelo povo:

Para condutores só servem homens de caráter firme, independente, íntegro e insubordinável. Devem perceber as causas, os feitos das situações presentes, e como que prever os acontecimentos futuros. Espíritos acanhados e pequenos perdem em momentos críticos a clareza de visão e a coragem de tomar resoluções enérgicas e decisivas, com medo de fazer sacrifícios ou de assumir responsabilidades (Isaia, 1992, p. 13).

O autor afirma que na questão da regeneração social não houve uma simples transposição das ideias do Positivismo Comteano para o Castilhista. No primeiro, como já vimos no primeiro capítulo, a regeneração da sociedade era feita através do ensino, enquanto que no Castilhista, a reestruturação da sociedade viria através de um Estado forte e de uma política moralizadora, norteadas pela releitura da doutrina de Auguste Comte. Era a Ditadura Científica.

Mas no que se refere à construção de uma simbologia conservadora em torno dos modelos de rainha do lar e anjo tutelar, as ideias de Comte são seguidas à risca pelos Castilhistas, pois aceitavam a moral, sendo ela comum tanto para ortodoxos como para heterodoxos.

O positivismo herdou imagens arquetípicas da tradição judaico-cristã tanto na simbologia doutrinária como na representação da Religião da Humanidade e seus atributos, os quais deixam transparecer que receberam uma forte influência do arquétipo da Virgem Maria.

Se buscarmos os valores morais de outros grupos que influenciaram a mentalidade do período, como os maçons e anarquistas, encontramos também grande semelhança com as duas doutrinas analisadas.

Os maçons baseavam sua moral na verdadeira caridade, praticada pelas associações femininas, sendo a mais conhecida e de maior prestígio a Grande Associação Beneficente de Senhoras, que recebeu de presente em seu primeiro aniversário, em 1901, a peça *O dever*, do teatrólogo, escritos e crítico Joaquim Alves Torres. O autor, a introdução da peça tece inúmeros de inúmeros elogio à Associação:

Acompanhando passo a passo o evoluir desse sublime Instituto de Educação de Caridade levantado com ardor pela mulher porto-alegrense e imediatamente amparado pela mulher rio-grandense das demais localidades, cada qual mais sôfrega por coparticipar do glorioso empreendimento (...). Este dia há de chegar e então o mais belo Instituto de Senhoras - a Grande Associação Beneficente fundará:
A escola superior para o cultivo da inteligência e da educação liberal da mulher;
- as aulas para os desprotegidos da sorte;
- os asilos para a infância desvalidada e os mendigos
- o hospital para enfermos sem família, sem abrigo e sem recursos [...] (Torres, 1901: 8 e 9)

A peça traz a divergência entre as ideias da Igreja e as da Maçonaria, através da educação de duas mulheres, Guimar e sua filha Hilda. A mãe fora educada dentro da mentalidade católica e do jesuitismo, chamados de hipócritas pelo autor, e Hilda segundo os verdadeiros desígnios de Cristo, preconizados pela maçonaria.

Tal preocupação foi salientada com o objetivo de promover a mulher como grande seguidora e divulgadora do culto, assim como no Positivismo e no Catolicismo era sua grande guardiã. Havia um grande interesse e preocupação por parte das doutrinas de tutelar a educação feminina, pois os filhos eram educados primeiramente pelas mães, sendo que esse contato inicial seria base para a construção da vida de novas gerações.

Também os maçons possuíam uma moral bastante rígida. A mulher deveria usar seus conhecimentos para educar os filhos e fazer a caridade. Em nenhum momento da peça o autor menciona a independência profissional feminina e muito menos sua participação política.

Os Anarquistas eram o único grupo que dava maior liberdade à mulher, na questão da escolha do cônjuge. Aceitavam o Amor Livre, mas quanto à moral também eram conservadores.

O periódico anarquista *A Vida*, difundia a doutrina e entre os inúmeros artigos propostos, um dirigido especificamente à questão da mulher e sua posição dentro da sociedade, intitulado: *O Desperdício da Moral Feminina*. Criticava a jornada de trabalho feminino e seu baixo salário, os quais traziam danos à organização da família e exigiam uma melhor educação para a mulher, cabendo a ela a orientação dos filhos.

Outro ponto de grande questionamento, eram as normas de conduta burguesa baseadas no princípio de uma falsa caridade e de uma liberdade vigiada. Como resultado dessa hipócrita moral, a única fuga era a prostituição, tida como um mal necessário pelos burgueses mesmo que fosse por eles condenada.

A mulher burguesa, freira ou proletária, não se dirige, é dirigida.

Burguesa - Dirigem-na os preconceitos religiosos, dirige-a a autoridade do marido, dirige-a o confessor, a moda, a vaidade, os caprichos.

Freira - Dirigem-na as regras monásticas.

Proletária - Dirigem-na o patrão e a miséria.

Quando a burguesa ou a proletária tentam evadir-se dessa odiosíssima prisão, encontram aberta, diante delas, uma porta à prostituição.

Mas, ainda aí, vai descer, de desgraça em desgraça, à escravidão da doença e da fome.

Como cultivar na mulher as energias morais, se cada passo está medido, marcado, regulado pelas leis do casamento, pela maledicência da esquina, pela etiqueta de Paris, pela disciplina das fábricas, pela conveniência da patroa, pelas urgências do pão diário? (Oiticica, 1914:8)

Os anarquistas propunham uma moral desvinculada da autoridade, pois só assim haveria convicção e bom senso nos atos. Seria então resultado da consciência esclarecida de cada um, diferenciando-se assim da suposta moralidade burguesa, oriunda do medo e do interesse.

Como solução para a situação das mulheres recomendava sua entrada no movimento lutando pelos seus direitos ao lado do homem, mas até que a utopia anarquista se concretizasse ela deixaria o trabalho externo e canalizaria suas energias para educar os filhos e ajudar no movimento anarquista.

O Positivismo de Auguste Comte e sua interpretação Castilhistas re-codificaram uma gama de ideias conservadoras em torno da moral feminina produzindo uma grande aceitação dos modelos de rainha do lar e anjo tutelar, pois vinham ao encontro de todos os discursos moralistas da época. Tanto positivistas ortodoxos ou heterodoxos, católicos, maçons e

anarquistas, ou ainda os espíritas e socialistas, apesar de suas divergências políticas e ideológicas, concordavam com o mesmo tipo de moral, pois no que se referem à educação feminina todos eram conservadores.

O ponto de aproximação existente entre a moral Católica e a Positivista é percebido a partir da utilização de arquétipos e símbolos que tinham por finalidade controlar e limitar a atuação da mulher na sociedade, como também sua sexualidade. Já os pontos de distanciamento são resultantes do posicionamento de cada doutrina, a primeira baseada em um dogmatismo teológico que se adapta às mudanças ocorridas na História, e a segunda na primazia das ciências, mas quanto à moral foi mais severa, porque não admitia falhas de conduta (Quadro 1).

Arquétipos	Símbolos Primários	Símbolos Secundários	Signos
Grande Mãe Maria Eva Lilith	Clotilde Caroline Rainha do Lar Anjo Tutelar Educadora Coração x Emoção Cabeça x Razão	Monogamia Virgindade Pureza Casamento Família Viuvez Incesto Culto aos Mortos Maternidade Heroísmo	Estátuas Gravuras Desenhos Pinturas

Quadro 1: Dados coletados na pesquisa.

Manipulação do Imaginário: Símbolos e Signos

Duas dimensões podem ser consideradas fundamentais para a arte: a estética e a social. Seus produtos nascem com variável teor de um e outro aspecto, sujeitos estes também ao gosto e a cosmovisão das gerações humanas que sucedem neste pequeno planeta (Lothar Hessel).

Apresentamos nos capítulos anteriores, a organização do Positivismo salientando que sua proposta de moral vinha ao encontro da mentalidade conservadora existente, e, além da doutrina apresentar uma resposta a um Império decadente e corrupto, trazia a instauração de uma nova ordem, a República, com uma proposta de organização política e social construída pelo autoritarismo. Os instrumentos de divulgação do Positivismo, além dos já salientados no capítulo um: palestras, publicações da Igreja da Humanidade, artigos publicados no jornal A Federação e na revista Kodak, e o direcionamento do ensino nas escolas; contou ainda com a dramaturgia e a escultura para apropriar-se do imaginário e com isso manipulá-lo através de símbolos e signos, atingindo assim todas as camadas da população, uma vez que grande parte era composta de analfabetos.

Neste capítulo trabalharemos com a divulgação do Positivismo através do teatro e da escultura, os quais além de transmitir uma simbologia política e social, enfatizavam a questão moral, tanto na construção da imagem de Herói, como também nos modelos de rainha do lar e anjo tutelar, símbolos da moral positivista.

O teatro era o principal meio de comunicação artística e cultural, consistindo praticamente numa tradição das famílias assistirem as tramas encenadas. Havia em toda a parte uma preocupação de mostrar no palco como deveriam ser conduzidas a vida das pessoas, além de diversão o teatro desempenhava funções didático-pedagógicas e cumpriu muito bem o papel de divulgador da moral positivista de dramaturgos rio-grandenses.

Arthur Rodrigues da Rocha (1859-1888), natural de Rio Grande, era contista e crítico social, escreveu ainda várias peças teatrais, sendo que em *Os Filhos da Viúva e Deus* e *a Natureza* trazia incutido simbolicamente da trama os princípios do Positivismo (Flores, 1994: 99)

Em *Os Filhos da Viúva*, estreado em 1882, transpôs para o palco os preceitos do Catecismo Positivista enfatizando a Lei da Viuvez Eterna, pois como vimos anteriormente as viúvas deveriam se manter fiéis ao finado marido, zelando por sua moral e da família. A trama apresentava a vida de Elvira, uma viúva de 36 anos, e de seus filhos, Alberto e Eduarda. Na ausência do pai o filho o substituiu na liderança e no sustento da casa, era um jornalista envolvido com a causa republicana. Ele representava a imagem de conduta masculina difundida pelos positivistas. Tanto em assumir no sustento da família quanto na coerência de divulgar e seguir as ideias positivistas.

Sua irmã Eduarda já estava em idade de casar e confeccionava o seu enxoval na espera de um pretendente. Alberto achava que Frederico, um amigo que os visitava, estava cortejando Eduarda, e fazia gosto com o possível casamento. Só que Frederico havia se envolvido com Elvira e ela esperava um filho dele. Esse romance clandestino resultou na desonra de Elvira porque desonrou seus votos de viúva, e a seus filhos, o qual jamais consentirá que se case de novo.

Frederico - Teu filho agora mesmo, diante do retrato de seu pai, acaba de dizer-me que não crê que penses em colocar ao teu lado outro homem e que nem ele consentirá jamais nesta profanação à memória de seu pai.

Elvira - Oh! Meu Deus!... Então, fuja... Oh! Não... abandonar meus filhos, perder-me, perdê-los, avistá-los!

Frederico - Bem vê...

Elvira - Pois bem, morrerei.

Frederico - Elvira! E eu? ...

Elvira - Tens razão... Quefazer, entretanto?

Frederico - Esperar.

Elvira - Esperar! Esperar! Quando sinto dentro de mim palpitar e agitar-se a prova de meu crime nefando! ... (caindo no sofá amparado por Frederico) (Rocha, 1899: 24 e 25)

Elvira carregava a culpa de não ter sido fiel a seu falecido marido. Perdendo com isso o seu caráter de anjo, símbolo de pureza, de inspiração e de proteção, pois manchara a moral de sua família. Além disso, renegou um grande princípio estabelecido por Auguste Comte: “os vivos serão sempre e cada vez mais governados pelos mortos”. Diante de tal falta, toda a família estava fadada à desonra e à vergonha.

Isso foi mostrando no decorrer da peça, o rumor sobre o romance dos amantes passaram a prejudicar Alberto em sua profissão. Seus amigos o discriminavam e atribuíam o envolvimento de Eduarda com os acontecimentos. Alberto percebe que a harmonia de seu lar está abalada.

Diante do retrato de seu pai queixa-se da suspeita de uma possível desgraça dentro de um convívio familiar que jurou proteger e honrar.

Alberto - (...) O céu azul, plácido e sereno da nossa felicidade doméstica está talvez, prestes a transformar-se no negro e pesado manto das grandes tempestades. (ROCHA, 1899:34)

Eduarda fica a par da situação através de uma carta que Frederico manda a Elvira. Proporciona então o encontro dos amantes induzindo a ausência de Alberto, sugerindo que ele vá ao clube conversar com seus amigos. No encontro o casal conversa sobre seu erro:

Frederico - (...) Desonrei-o, mas cavei no fundo de minha consciência um sepulcro para a minha felicidade.

Elvira - E quem diz que ainda não podemos ser felizes? ... Quem te diz que o sentimento que mutuamente experimentamos não terá ainda a suprema consolação de ser proclamado pela religião e aceito pela sociedade? Eu era feliz, viúva e moça, sentia dentro de mim apesar dos carinhos de meus idolatrantes filhos, o vácuo deixado pela afeição conjugal que se extinguiu e a necessidade de preenche-lo com um novo afeto, grande, fervoroso, único, sublime. Apareceste-me. Coube-te a sorte: e eu tinha o dever de zelar minha virtude que já não me pertencia, se não que a memória de meu esposo ao amor de meus filhos, entreguei-me incauta, louca, perdida ao ascendente que desde logo sobre mim exerceste, e o caso, funesto acaso! Quis que nosso amor fosse desde logo também eternizado pela existência de um filho, que não tarda a traír nossas criminosas relações. (Rocha, 1899:61 e 62)

No diálogo o autor salienta a leviandade feminina, pois apesar de achar-se protegida e vigiada dentro de seu próprio lar, Elvira aproveitou-se de um descuido de seu filho para entregar-se ao primeiro homem que passou a frequentar a casa. Pois como vimos nos capítulos anteriores, a mulher era propensa a ser leviana, porque todas tinham como seu arquétipo primordial Eva.

Elvira tinha sua consciência pesada pela culpa de seu pecado e suplica a Frederico que ele se case com ela e assumisse o filho que esperava, porém ele prefere fugir, deixando-a sozinha com sua desgraça. Discute, Elvira desmaia numa tentativa de fugir da situação e sensibilizar o amante através de sua fragilidade. Frederico assustado pede ajuda e logo vem Eduarda em auxílio, levam-na para o quarto. Neste momento Alberto chega e surpreende Frederico em sua casa, enraivecido pergunta o que ele faz ali. Eduarda aparece e para proteger a sua mãe diz que ele é seu

amante. Alberto grita, mas logo se controla, pois não quer acordar Elvira pouppando-a do acontecimento constrangedor.

Em outra cena Alberto tenta fazer com que Eduarda se case com Frederico, numa tentativa de recuperar a honra da família. Mas Eduarda se nega e o irmão contrariado lhe faz pesadas críticas enfatizando que ela havia manchado o nome do pai:

Alberto - (...) Que mulher és tu, Eduarda?! De quem herdaste este desejo de sentimento, esse menosprezo de tudo que é nobre e santo! Daquele que ali está, cuja memória atraíças e infamas! Daquele que foi sempre o protótipo de todas as virtudes, o depositário de todos os sentimentos menos gêneros? (ROCHA, 1899: 34)

Ao questionar de quem Eduarda havia herdado o caráter egoísta e leviano o autor remete ao arquétipo de Eva e ao símbolo de Caroline, que como vimos no segundo capítulo, era a representação de todas as características impuras da mulher. No imaginário popular esta comparação passou a ser conhecida como a “herança maldita”, e além da mulher ser predisposta ao erro, ele era passado de geração para geração, expresso no ditado popular “filho de peixe, peixinho é”. Daí originou-se a necessidade de impor uma conduta rígida baseada no símbolo de Clotilde, para não contaminar os filhos da nova ordem.

Apesar de todas as críticas que lhe fez o irmão, Eduarda não entrega a mãe, sacrificando-se em seu lugar. Alberto então tenta induzir Frederico a casar-se, mas ele também se nega. Revoltado com a atitude dos supostos amantes, Alberto decide contar a Elvira a desonra que trouxeram à sua família. Elvira ao ouvir o relato do filho, desmaia. Eduarda e Frederico tentam acudi-la, mas Alberto afasta-os, porque não quer que tais pecadores toquem em sua santa mãe. A atitude de Alberto mostra a mentalidade que transformou sua mãe num ser intocável, devido à sua santidade. Remete ao tema “duas mães”, que segundo Jung representa de um lado a mãe verdadeira e de outro a mãe simbólica (Jung, 1989: 311). Ou seja, existe uma mãe criada e moldada pelo discurso doutrinário, que se transpõe para o imaginário popular como sendo comum a as mães, pois é fruto do inconsciente coletivo e por isso a simbólica se sobrepõe à verdadeira. No caso de Elvira, o filho a tem como um símbolo de santidade, que mascara sua face verdadeira.

O personagem de Alberto chama um médico que, após atender a enferma faz a revelação de que Elvira está grávida e prestes a abortar a criança. Alberto percebe seu erro e que a culpada pela desgraça, que fora trazida à sua família, é sua própria mãe. Pede a Frederico que se case com

ela numa tentativa de reparar os erros acontecidos, mas ele revela que é casado. Termina o drama.

Conforme vimos o autor no decorrer da peça trabalha com a simbologia expressa no Catecismo Positivista, dando destaque aos símbolos de pureza e a sua exaltação através da lei da viuvez eterna.

Por não se manter fiel ao falecido marido, Elvira causou a ruína de toda a família, manchando a todos com sua mácula. Deveria manter-se pura, exercendo seus deveres de rainha do lar e anjo tutelar, zelando pela moral e pela tradição da família. Como deixou de exercê-los levada por seus instintos e sentimentos de egoísmo, perdeu seu estado de pureza. E por ser adúltera, prejudicou seus filhos: Alberto seria descriminado em sua profissão e Eduarda não conseguiria casar-se sendo filha de quem era.

Ao ser encenada a peça, segundo Flores, a opinião pública dividida entre o perdão e a condenação da viúva, reclamavam outro final para a peça (Flores, 1992: 5). Mas dentro do ideário positivista a condenação estava certa, pois ela havia manchado a honra da família, e só através da punição enfatizava-se a lição de moral, que deveria servir de exemplo para todas as mulheres.

Carlos Antunes seguindo o exemplo de Rocha escreveu um conto no jornal A Federação, no qual conta a história de uma jovem viúva cujo marido havia se suicidado para que a esposa pudesse ficar com seu primo, a quem ela amava realmente. Por amar verdadeiramente sua mulher, o marido dá cabo de sua vida, e ela para retribuir tal prova de amor permanece viúva e fiel. O conto mostra claramente a preocupação de difundir o princípio de castidade das viúvas, pois considera a escolha da jovem uma atitude digna e exemplar (Antunes, 1918: 2).

Em Deus e a Natureza, também estreado em Rio Grande, Arthur Rocha ataca o fanatismo da Igreja Católica e, em contrapartida, destaca a superioridade da Religião da Humanidade. Para os positivistas a religião católica encontra-se no estágio teológico da evolução da humanidade, impregnado de superstições e irracionalidades. Já no estado Positivo da Religião da Humanidade impera a racionalidade e a liberdade, e somente dentro deste estágio a sociedade caminharia para a industrialização e progresso.

A peça traz a história do jovem padre Oscar que retorna à fazenda de seus pais, Leandro e Suzana, de grande influência política na região. O principal orgulho da mãe, fanática religiosa, é ter seu filho padre. Na fazenda hospedam-se o positivista Pedro e seu filho Arthur, este portador da doença mais temida da época: a tuberculose.

Oscar durante a noite foi procurar seu velho professor que está morrendo na miséria porque não aceitou a ida do jovem para o seminário, em razão de que o velho fazendeiro, no uso de sua autoridade, o persegue e

tira-lhe o emprego. Ao morrer, o professor deixa desamparada sua filha Amélia, antigo amor de Oscar, que a leva para a fazenda de seus pais pedindo-lhes abrigo e amparo. Amélia passa a viver na fazenda, a convivência dos jovens traz à tona o amor da infância. Respeitando sua condição de padre, Oscar impede que seus sentimentos venham a aflorar. O pai descobre o envolvimento dos jovens e expulsa a órfã de sua fazenda. Arthur, o jovem tuberculoso, apaixonado por Amélia, se prontifica em ampará-la seguindo os ensinamentos de Auguste Comte, que aparece no discurso de Pedro, sustentando e protegendo a mulher dentro do espaço doméstico, livre das agruras do mundo externo.

Seguindo a mesma linha de peças que fazem a propaganda contra a forma de governo monárquico e ao mesmo tempo demonstrando o espaço que a mulher deveria ocupar na sociedade, João Cândido Maia (1862-1944), redator do jornal A Federação, crítico regionalista, historiador e teatrólogo, escreveu A Adúltera, encenada em Porto Alegre no ano de 1887 pela Sociedade Dramática Particular União Militar (Flores, 1992:4).

O drama narra a vida de Clélia Castelar, que se casou aos 15 anos com o general Jorge Castelar de 55 anos, que tem um filho, Luciano o jovem de ideias avançadas, republicano positivista, que com 20 anos escrevia artigos divulgando os preceitos comteanos.

Maia mostra o casamento da jovem Clélia com um homem que tinha idade para ser seu pai, e a falta de maturidade em assumir esse importante compromisso. Pois como vimos no capítulo um, o casamento era um ritual primordial para os positivistas, e só teria êxito se os noivos possuíssem idade e maturidade. Os jovens deveriam se casar com moços também, evitando com isso as desigualdades de interesse.

Em uma cena, Clélia defende a emancipação da mulher, discutindo com seu enteado Luciano e seu amigo Henrique de Mendonça:

Clélia- Quisera, entretanto que destacasse da magna questão da soberania popular, para discutir isoladamente, uma parte desta grandiosa causa que por si só constitui uma das mais importantes questões da atualidade: falo da emancipação da mulher - esse importante problema social de que se tem vultos contemporâneos da estatura de Stewart Mill, Victor Hugo, Alexandre Dumas e outros (...).

Luciano - (...) quanto ao problema de que me fala, penso que a civilização pouco tem a fazer; a emancipação da mulher deve restringir-se ao lar doméstico; é aí que eu a quero ver soberana na educação moral de seus filhos (Flores, 1992: 4)

A discussão ressalta o caráter leviano de Clélia ao negligenciar seus deveres de esposa e mãe, pois traía seu marido com Leonel e não cuidava

de seu pequeno filho, alegando que mimos e cuidados são prejudiciais à educação da criança. A leviandade feminina estava ligada com o egoísmo, indo contra a norma positivista de viver para outrem.

Luciano descobre através de uma carta a traição da madrasta vinda a surpreender os amantes. Luciano culpa Clélia por ter desonrado seu pai e durante a discussão o general tenta matar os amantes com o sabre que estava sobre a mesa, o filho o impede. Os amantes saem e o velho general morre de um ataque de coração. Luciano jura vingança.

Clélia torna-se uma cortesã de luxo aos 32 anos, tendo como cognome Dama de Ouro. Apaixona-se pelo jovem médico Mário, recentemente chegado de Paris. Há um encontro festivo na casa da Dama de Ouro, na qual o visconde Álvaro sente-se humilhado e desprezado por Clélia, ao confessar que ama o jovem médico Mário. O visconde tenta bater na anfitriã, mas é surpreendido por Mário e outros convidados. Ao defendê-la, o jovem médico anuncia seu noivado com Clélia. Luciano, filho do general Castelar, irmão de Mário, revela que na realidade a Clélia era sua mãe, tida como morta. A revelação é feita no momento em que o padre pergunta se há algum impedimento para que ocorra o casamento. Mário horrorizado abandona a mãe.

No quarto ato, após treze meses, Clélia, agoniza de tuberculose no leito na mais completa miséria e com tuberculose. Pede a um padre que chamasse seu filho Mário. Este se recusa encontrá-la na condição de filho, mas na condição de médico vai visitá-la tendo a seu lado o irmão Luciano. O padre perdoa Clélia, pois ela se arrependeu, mas Mário e Luciano, positivistas, não a perdoam, lançam ainda uma maldição em seu leito de morte: “Mário – (com desespero) Morta!... Morta minha mãe! (Vai ajoelhar-se junto ao leito, porém recua). Oh! Maldição sobre a mulher que não soube ser esposa e mãe” (Flores, 1992:9). A peça termina com a exaltação dos princípios conservadores ditos por Luciano: “A adúltera é tão desgraçada que ainda depois de morta é amaldiçoada pelos próprios filhos!” - Cai o pano (Flores, 1992:9).

A peça foi bastante criticada devido ao seu final. Parte da opinião pública exigiu que a Dama de Ouro fosse perdoada, pois havia se arrependido de seus atos. Mas, segundo a doutrina positivista a mulher que perdesse sua dignidade e não cumprisse seus deveres de esposa, mãe e educadora deveria ser punida e seu erro não poderia ser perdoado. E, além disso, a personagem Clélia fora criada dentro de um regime corrupto e degenerado, ou seja, da Monarquia. Portanto sua educação era amoral e com isso estava mais apta a ter um tipo de caráter leviano e egoísta, tanto que pensou somente em si o tempo todo, enquanto para os positivistas, seguindo os ensinamentos de Comte, o egoísmo e os instin-

tos estão subordinados ao preceito da moral, garantindo assim a ordem social. Os “pecadores” não tinham um lugar nem perdão na nova sociedade positivista do Rio Grande do Sul.

Conforme Flores, o teatro tem função didática. As peças aqui analisadas expressam a posição do positivismo em relação às pessoas que saem das normas ou que se opõem a doutrina. Cita como exemplo a postura de Júlio de Castilhos na Revolução de 1893, “ao inimigo não se dá o quartel” e ao receber o telegrama que comunicava a paz, em 1895, respondeu que fazia votos que a submissão dos rebeldes fosse definitiva. (Flores, 1993: 116)

A mesma temática pode ser vista na comédia *Gente Alegre*, 1919, do teatrólogo Emílio Kemp (1873-1955). A trama desenvolveu-se na cidade do Rio de Janeiro e traz a trajetória de Lucinda, uma jovem do interior de São Paulo, amante de José Antunes. Ambos faziam parte de um grupo de homens e mulher que se reuniam em festas particulares com o objetivo de gozar dos prazeres da vida. Lucinda se apaixona por Carlos, outro bom vivante, que fez uma aposta com seus amigos, que iria seduzi-la. Após olhares furtivos e galanteios, o casal se encontra e Lucinda conta a Carlos sua triste trajetória.

Lucinda - A minha família não tinha fortuna, mas vivia regularmente, pois meu pai era funcionário público, na nossa cidade de São Paulo. Para garantir-me o futuro, meus pais fizeram-me estudar na escola Normal da Capital do Estado e diplomei-me professora. Fui servir num colégio distante duas léguas de minha terra. Como meus pais não me pudessem acompanhar, fui morar com uma tia. Fizemos relações com um moço de aparência distinta, inteligente e que me agradou desde logo. Namorou-me. Acabei amando-o sinceramente. Ah! Como eu o amei! Era tudo para mim. Falou-me em casamento. Os pais dele se opuseram. Eu era uma pobre professora. Ele era dono de uma fortuna avultada. O pai possuía uma fazenda de café e outros bens valiosos. Queria para seu filho uma mulher nas mesmas condições de fortuna. De nada valeram os rogos do filho que parecia amar-me apaixonadamente... Certa vez, no delírio de nossa paixão, então pedi tudo o quanto eu poderia lhe dar. “Desde que sejas minha” - dizia ele - não poderão opor-se mais ao nosso casamento. Cedi, confiava no seu amor e no seu valor de homem. Mas ai de mim! Ele era um covarde. Tinha medo da vida. (Kemp, 1918: 55 e 56)

Conta-lhe todas as humilhações e trabalhos que passou até conhecer José Antunes e aceitou ser sua amante. Ao conhecer a vida de Lucinda, Carlos sensibiliza-se e percebe que está apaixonado por ela, mas ambos sabem que não podem ficar juntos devido ao passado que sempre a condenará.

Carlos - (...) Mas já foi de outros. E o meu amor, a minha paixão é toda feita de egoísmo, como todas as paixões humanas não esquecerá nunca esta mácula, esta mancha, porque só os beijos que nós damos não maculam, não sujam, não babujam.

Justino - Mas esquece este passado. Ela será uma mulher digna, uma boa companheira. Isso será até um bom ato do teu coração.

Carlo-s Não se esquece nunca um passado assim. Quando a tiver nos meus braços; quando a cobrir de beijos no fogo de minha paixão, ele surgirá aos meus olhos com todo o seu cortejo doloroso. Lembrar-me-ei que já estive nos braços de outros homens e o meu ciúme irromperá, e, com o grito do meu ciúme virá a vergonha de amar quem já foi de outros e da qual outros zombaram. (Kemp, 1918: 68)

A marca que Lucinda carrega, a impede de construir uma vida nova e viver ao lado de quem ama, pois ela perdeu a sua pureza de espírito e por isso não poderia ser uma esposa e mãe digna, conforme os ensinamentos morais da Igreja e do positivismo.

No final da peça Lucinda desiste de levar uma “vida alegre” e decide voltar para São Paulo e viver com sua tia. Ao se despedir de Carlos deixa bem claro que o fato de ser uma “pecadora” os proíbe de ficarem juntos.

Lucinda- (...) Compreende bem isto Carlos: com toda a virgindade de minha alma, que não encontraria ainda quem a pudesse entender, e que não devo entregar a pureza deste amor, um corpo maculado. (Soluçando) Um miserável corpo que já rolou por um pântano.

Carlos- (numa expressão voltada a um pensamento anterior)
Lucinda. Lucinda como somos desgraçados!

Lucinda- E, pois, tu terás sempre, a torturar-te a recordação do seu passado. O nosso afeto é puro demais para suportar essa lembrança hedionda. Viveríamos num sofrimento mútuo. Tu com teu justo pesares de amar uma mulher que foi de outros, e eu abafando soluços por compreender o teu sofrimento. Não Carlos, não. Eu não te quero infeliz. (Kemp, 1918:79)

Lucinda vai embora e deixa Carlos dividindo sua dor com os companheiros de festa.

A peça mostra a vida de uma mulher que a iniciou de maneira correta e, apesar de ser pobre, conseguiu tornar-se professora, uma profissão

muito digna e valorizada pelos positivistas, pois como já vimos, a mulher além de esposa e mãe deveria ser uma educadora, e este é considerado um dos seus grandes deveres, e por ser movida pelos sentimentos, deixou-se iludir por uma louca paixão e pelo desejo, que a levaram à ruína. O deslize jogou-a numa vida de luxúria e prazeres em troca de bens materiais. Quando ela desiste de tudo e tenta reconstruir uma nova vida, continua levando a marca de seu passado e por mais que tentasse não conseguiria apagá-la, muito menos reconquistar seu estado de pureza.

Mostra que, mesmo culta, a mulher pode ser corrompida desde que se encontre desprotegida, fora do ambiente doméstico. É um exemplo criado para alertar as jovens que deveriam levar uma vida digna. Enquanto rainhas do lar e anjos tutelares seriam sempre valorizadas, caso contrário somente receberiam desprezo e humilhações. Mas do outro lado, quanto à postura masculina, não havia censura quanto aos seus atos, pois segundo ditado popular comum no período: “A mulher que prevarica é como um vidro de perfume quebrado, perde toda a essência. Já o homem, este não perde nada”.

Analisando as peças de dramaturgos rio-grandenses que contribuíram para a divulgação dos preceitos e da moral positivista, nota-se como denominador comum o uso dos símbolos positivistas, mostrando o que acontecia de ruim à mulher imperfeita, baseada no símbolo de Caroline. O objetivo era consolidar junto ao imaginário popular o símbolo da perfeição, de Clotilde. O resgate de imagens arquetípicas da tradição judaico-cristã e da mentalidade conservadora propiciou a reconstrução de uma simbologia impregnada de valores moralistas sobre como deveria ser a conduta feminina.

A transformação dos símbolos em signos realizou-se através da estatuária, tanto a fachadista como a monumental, e também a funerária, as quais, além de enfatizar o culto ao herói e aos símbolos da República, tinham fins educativos e morais. Figuras femininas acompanhavam os grandes vultos políticos ou muitas vezes a sós, em formas alegóricas, evidenciavam o dever da mulher de guardiã da moral. Na estatuária, ao contrário do teatro, foram ressaltadas somente as virtudes femininas, pois segundo o positivismo a arte deve representar uma imagem ideal a ser seguida, cultivando com isso o aperfeiçoamento humano.

A utilização da figura feminina como símbolo político era uma herança da Revolução Francesa, a qual elegeu a Mariane o signo máximo da nova ordem. Como também tornavam públicos os símbolos e signos da vida privada, ou seja, da mãe que passa a ser representada pela alegoria da República. E segundo Lynn Hunt:

Os símbolos da vida familiar e doméstica podiam exercer um efeito político (e, portanto, público) durante esse período de confusão entre a vida pública e privada. O emblema da República, a deusa romana da Liberdade, muitas vezes ostentava um ar abstrato nos sinetes oficiais, nas estátuas e nas vinhetas. Mas, num grande número de representações ela assumia um aspecto familiar de uma jovem donzela ou jovem mãe. (...) A mulher e a mãe, tão desprovidas de qualquer direito político, foram capazes, apesar disso (ou justamente por isso?), de se converter nos emblemas da nova República (Hunt, 1992: 31).

Hunt deixa certa dúvida quando à utilização da figura feminina no seu papel de mãe para personalizar um signo político, mas podemos afirmar que ao ser instaurada a República foram negados todos os valores da monarquia e, em contrapartida, buscou-se símbolos e signos que viessem ao encontro da moral difundida pelos intelectuais revolucionários. A mulher deixou de ser um ente público e libertino inspirado na figura pública de Maria Antonieta, para tornar-se a filha, esposa e mãe dedicada ao marido e aos filhos, tendo sua participação social limitada ao espaço privado. Sua representação nos emblemas político, ressalta seu papel de guardiã da nova ordem, detentora de uma moral elevada e de atributos que a dignificavam. Era um modelo exemplar que deveria ser imitado.

A adoção de símbolos e signos maternos para representar cidades ou regimes de governo pode também ser explicada a partir da visão de Jung. Segundo ele a cidade é um símbolo materno, pois abriga os habitantes, como uma mulher abriga seus filhos. Cita como exemplo as deusas-mães Réia e Cibele, que ostentam coroas em forma de muro com armeiros, e o Antigo Testamento, quando trata as cidades de Jerusalém, Babel e outras, como se fossem mulheres. As cidades fortificadas e nunca subjogadas são como as virgens, colônias são filhas e também existem cidades prostitutas, são assim consideradas quando vivem em profunda desordem moral (Jung, 1989:194) A mesma argumentação pode ser usada para o sistema de governo, pois a República tornou-se a Grande Mãe e a Monarquia uma prostituta leviana.

Também a República a partir de 1909, segundo Carvalho, passou a ser representada pelas revistas e periódicos como uma prostituta e uma ama-de-leite que alimentava políticos e funcionários que viviam a suas custas, mostrando que o novo sistema estava exposto à corrupção (Carvalho, 1993:88).

Com base nos estudos sobre estatuária, realizados pelos historiadores Bellomo e Doberstein, trabalharemos com os signos utilizados pelos

positivistas para divulgar o modelo feminino de guardiã da moral, uma vez que no período da República não trabalharemos com a arte em si, mas com o seu caráter de signo resultante de um discurso conservador.

O primeiro conjunto escultórico é da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, iniciando em 1891 e concluído em 1901. Segundo Doberstein, teria sido confeccionado nas oficinas de P. Gustavo Steigleder & Irmãos. O conjunto é composto por dois grupos de três imagens e duas estátuas isoladas. O primeiro grupo, defronte à rua Uruguai, traz o ícone da deusa grega Deméter, que cinge na sua mão direita a foice e traz apoiado em seu braço esquerdo um feixe de folhas; seu seio desnudo representa a fertilidade. À sua direita está o deus Hermes com sua indumentária, capacete e sandálias aladas e o caduceu. À esquerda encontra-se a alegoria de uma figura feminina trazendo a bigorna, o martelo e a roda denteada (imagem 6). O grupo tem por finalidade representar as atividades econômicas do Estado: Agricultura, Comércio e Indústria (Doberstein, 1992: 9 e 10).

Imagem6: Esculturas representando as atividades econômicas do Estado. Prefeitura Municipal de Porto Alegre (Doberstein, 1992: 10).



Imagem 6: Esculturas representando as atividades econômicas do Estado. Prefeitura Municipal de Porto Alegre (Doberstein, 1992: 10).

No outro conjunto temos as representações da educação e da política do Estado Positivista. Ao centro a alegoria da liberdade protegendo com seu braço direito o livro das leis; à sua direita a representação da musa da

História, Clio, com o busto de Péricles, História e Democracia (imagem 7). À esquerda uma figura masculina representa as ciências. Cabe ser ressaltado que a Democracia, segundo a análise de Doberstein (1992:16 e 17), neste grupo idealizado pelos positivistas rio-grandenses, simboliza a superioridade da primitiva democracia grega ao modelo moderno. Uma democracia de poucos, extremamente autoritária, que na visão castilhista, seria organizada por banqueiros, industriais e técnicos (Flores, 1993: 148).



Imagem 7: Esculturas representando a Educação e a Política Positivista, prefeitura Municipal de Porto Alegre (Doberstein, 1992: 16).

As duas figuras isoladas são alegorias femininas personificando a Justiça e a República, ambos os signos fortemente políticos. A Justiça não tem os olhos vendados, sua balança é pequena em comparação à espada. É uma justiça punitiva e repressora. Uma jovem República levanta com sua mão direita o globo terrestre, sobre o qual se encontra uma águia de asas abertas, signo de dominação. Em sua mão esquerda tem um grande cetro (imagem 8). O conjunto de signos e sua expressão enérgica e decidida indicam que é uma República extremamente autoritária (Doberstein, 1992:13 e 14). Como já vimos no primeiro capítulo, após a instauração da República, Júlio de Castilhos, então nomeado Secretário do Governo Estadual, montou e organizou uma grande máquina política tendo como base o PRR, no período de 1889 a 1891, seu governo foi interrompido por uma sangrenta guerra civil, a Revolução de 1893-95, entre os castilhistas republicanos (pica-paus) e federalistas (maragatos). Saindo os republicanos vencedores usaram de signos políticos para lembrar e ostentar sua força.



Imagem 8: Esculturas representando a Justiça e a República. Prefeitura Municipal de Porto Alegre (Doberstein, 1992: 16).

No busto representativo do herói letrado em homenagem ao Cel. Gervásio Lucas Annes, um dos oficiais republicanos gravemente ferido na batalha de Umbu, na Revolução Federalista, de autoria do escultor Rodolfo Pinto Couto, 1924, e localizado na Praça Tamandaré,

Passo Fundo, encontramos a alegoria da República sentada, mostrando um de seus seios e aos pés estão duas crianças (imagem 9). Os ícones representam os signos da Mãe-República, ensinando às futuras gerações os feitos do herói homenageado, pois, segundo os dogmas positivista, os vultos e heróis do passado servem de exemplo de moral e conduta para as gerações seguintes. O seio desnudo mostra muito bem a característica da mãe nutris. Este signo também foi bastante utilizado nas representações da República francesa.



Imagem 9: Monumento ao Cel. Gervásio Lucas Annes e detalhe da Mãe República, Passo Fundo/RS.

Outra representação da República encontra-se no túmulo de Pinheiro Machado, também obra do escultor Pinto do Couto², datado de 1915. José Gomes Pinheiro Machado, fundou juntamente com Júlio de Castilhos, em 1884 o jornal *A Federação*, que representava os interesses do PRR junto ao governo federal. A posição de Pinheiro Machado foi sempre autoritária e tornou-se uma grande força política durante o

²Rodolfo Pinto do Couto (1888-1945), escultor, professor e jornalista, nasceu na cidade do Porto. Ao concluir sua formação, entre a Escola de Belas Artes do Porto e de Paris, veio para o Brasil, onde casou com a escultora Nicolina Vaz de Assis e manteve durante largos anos seu ateliê.

governo de Hermes da Fonseca. Foi assassinado em 8 de setembro de 1915, no Rio de Janeiro, por Manso de Paiva. Ao ser enterrado no cemitério da Santa Casa de Misericórdia, Borges de Medeiros promoveu um funeral apoteótico com todas as honras positivistas. (Bellomo, 1994: 35)

A República é representada por uma mulher madura que chora pela morte do estadista, signo da mãe que lamenta a perda de um filho querido, lembrando Pietá (imagem 10). Pinheiro Machado é representado como um herói romano, peito nu, sendo o restante do corpo coberto pela bandeira do Brasil. Na parte posterior do monumento encontra-se a seguinte frase: “Desoladas tua esposa e a República, lamentam e lamentarão sempre a tua grande falta”.



Imagem 10: Mãe República. Detalhe do Túmulo de Pinheiro Machado. Cemitério da Santa Casa de Misericórdia, Porto Alegre/RS.

Aos pés do túmulo aparece a musa da História, Clio, que registra a vida do herói em seu livro para ensinar as gerações futuras, representada pelas crianças (imagem 11). Novamente a imagem da mulher educadora e guardiã são destacadas neste túmulo, evidenciando o modelo de anjo tutelar, tanto no signo de Mãe Pátria como no da História, a grande mestra da vida.



Imagem 11: Clio, detalhe do túmulo de Pinheiro Machado. Cemitério da Santa Casa de Misericórdia, Porto Alegre/RS.

Bellomo (1994:85) classifica este tipo de escultura funerária dentro da tipologia Cívico-Celebrativa, pois servia de sepultura e celebrava a memória de vultos de destaque no mundo político, social e cultural. Pertencendo ainda a essa classificação: o túmulo e monumento de Júlio de Castilhos.

O túmulo de Júlio de Castilhos traz uma pirâmide com uma águia no topo; abaixo, a data da constituição castilhista e um medalhão com o rosto do político. Na base da pirâmide, a Pátria é representada por uma jovem que segura na mão esquerda a bandeira nacional e na direita, uma coroa de louros e o escudo do RS. Ressalta novamente a mulher enquanto guardiã da moral e dos signos da pátria (imagem 12). Aparecem ainda os seguintes lemas: “A Júlio de Castilhos, o Rio Grande do Sul”, “Ordem e Progresso” e “Os vivos sempre e cada vez mais governados pelos mortos”. Os dois últimos lemas foram extremamente enaltecidos pelos positivistas.



Imagem 12: Pátria, Detalhe do túmulo de Júlio de Castilhos, Cemitério da Santa Casa de Misericórdia, Porto Alegre/RS.

No monumento a memória de Castilhos, de Décio Vilares, localizado na Praça da Matriz, em Porto Alegre, existe duas figuras femininas: a República, no topo e na base, entre tantas masculinas que representam as fases da vida de Júlio de Castilhos, encontra-se a alegoria da Prudência detendo o jovem Castilhos e advertindo-o contra o Dragão, signo da monarquia (imagem 13). A prudência apesar de seus gestos exagerados representa o modelo de anjo tutelar, que tinha como um dos seus deveres a orientação e proteção, do marido e dos filhos. O fato de não possuir gestos sóbrios, nos remete à afirmação positivista de que as mulheres são puramente emocionais, e que quando expostas a qualquer tipo de perigo ou sentem-se acuada, ou deixam os sentimentos aflorar gerando o descontrole.



Imagem 13: República e Prudência. Detalhe do monumento à Júlio de Castilhos, Praça Matriz, Porto Alegre/RS (Fonte: <https://musandonomuseu.wordpress.com/2015/10/04/cidade-alta-praca-da-matriz-e-o-monumento-a-julio-de-castilhos/> Acesso em 20 set 2016).

O modelo de anjo tutelar aparece também nos túmulos dos cemitérios (imagem 14), trazendo como atributos a caridade, a consolação e outros que são classificados por Bellomo (1994:82) dentro da tipologia Cristã. Explica que por serem anjos assim como Maria os intercessores dos devotos, e uma vez conseguida a graça são retribuídas com rituais. Também o protetor se faz presente na morte, originando-se assim um grande número de ícones de anjos. São sempre figuras femininas, por ser mulher a orientadora e consoladora, o anjo tutelar de sua família.



Imagem 14: Anjos, Cemitério da Santa Casa e São Miguel e Almas, Porto Alegre/RS.

Os anjos sofreram alterações em sua imagem e atributos, sendo que tais elementos acrescidos são fruto do imaginário do popular de cada período. Os anjos são os intermediários entre Deus e mundo, tendo o papel de executar as ordens do senhor, transmitindo os sinais do sagrado, as advertências e punições. Os três principais arcanjos são: Miguel, vencedor dos demônios; Gabriel, mensageiro e iniciador; Rafael, guia dos médicos e viajantes. Aparece também com certa frequência o nome de Uriel, como um dos príncipes angélicos, sua origem advém do judaísmo tardio. Existem os querubins e serafins que não são originalmente anjos, mas tornaram-se posteriormente. No judaísmo tardio falam também de outros seres celestes, as Virtudes, as Potestades, os Principados, as Dominações e os Tronos.

A apresentação dos arcanjos na Sagrada Escritura e nas obras do período da Contrarreforma era a bélica, ou seja, todos possuíam armadura para lutar contra os inimigos da fé. Essa forma está dentro da autocompreensão tridentina que propunha o ideal da guerra santa por meio da catequização levando a cristandade aos pagãos.

A imagem do anjo guerreiro muda com o passar do tempo, tornando-se protetor e intermediário dos homens perante Deus. Isso se dá devido à mudança do pensamento cristão, que deixa de lado a postura guerreira para ocupar-se da condução do rebanho. Passam a ser figuras comuns nas sepulturas de crianças, simbolizando que esses eram “anjos no céu”. E, no século XIX, eram representados por um jovem, o anjo da morte ou, a forma mais frequente, um anjo feminino de formas opulentas (Vovelle, 1997: 330-331).

O arquétipo continua sendo o mesmo, embora a alteração no símbolo ocorra para acompanhar o discurso do período. O mesmo vai ocorrer com o símbolo ao construir o modelo de anjo feminino, por ser a mulher a consoladora, orientadora e guardiã da sua família.

O mesmo modelo é lembrado através das alegorias da consolação/proteção e da maternidade/caridade, pois eram deveres da rainha do lar e anjo tutelar (imagem 15). A mulher enquanto guardiã do lar deveria orientar, proteger e consolar sua família tanto nos momentos felizes como nos infelizes.





Imagem 15: Alegorias da maternidade e da consolação. Santa Casa de Misericórdia e São Miguel e Almas, Porto Alegre/RS.

Outro tema bastante recorrente era o das representações femininas das carpideiras e da saudade, que lembram viúvas eternas que guardam o túmulo do marido e choram sua perda. As carpideiras representam a dor e a perda (Imagem 16), eram mulheres pagas para chorar nos velórios e enterros, que com o choro comoviam todos. Essa foi uma das mais antigas profissões femininas, pois foram encontradas referências nas pinturas egípcias (presentes nos hipogeus, túmulos escavados nas encostas de montanhas) e em relatos bíblicos.



Imagem 16: Carpideira, detalhe do jazigo da Família Riet. Foto: Douglas Lemos de Quadros.

Como vimos anteriormente, o laço matrimonial era um vínculo muito forte que deveria ser mantido até depois da morte do marido, pois existia a lei da viuvez eterna que regulava a vida das viúvas através de normas de conduta estabelecidas pelo positivismo: ficar fiel ao marido, cultuando-o e chorando eternamente a separação. Esse aspecto também é marcante nos cemitérios, nos quais as carpideiras são transmutadas em viúvas para honrar e resguardar a moral do falecido marido, como também mantendo o seu estado de pureza (imagem 17).



Imagem 17: Saudade e Esperança, Cemitério da Santa Casa de Bagé/RS. Foto: Diones Alves

Outra representação é da alegoria da saudade, que é representada como uma mulher triste segurando uma coroa de flores, que pode estar sentada ou debruçada sob o túmulo. Dessa forma, representa todo o sentimento de dor e sofrimento que a perda de um ente querido pode representar para a família e pessoas próximas. Quando aparece abraçada à cruz agrega, também, a ideia da fé. Pode, ainda, representar a saudade e a esperança quando se apresenta com uma estrela na testa – símbolo da esperança – e olhando para o céu (imagem 18).



Imagem 18: Viúva eterna. Cemitério São Miguel e Almas, Porto Alegre/RS.



Imagem 19: Anjo da morte. Cemitério São Miguel e Almas, Porto Alegre/RS.

A morte também passou a ser personificada com atributos femininos, sendo identificada por uma jovem anja que apaga a chama da vida. É uma imagem bastante comum nos cemitérios do Rio Grande do Sul, embora no imaginário social somente a associe com o ceifador (imagem 19).

Simbolicamente a morte evidencia o aspecto perecível e destrutível da existência, mas também de revelação e introdução, pois está presente nos rituais de iniciação assumindo o significado psicológico de transição para uma nova fase, uma nova etapa a ser seguida, pois “liberta das forças negativas e regressivas, ela desmaterializa libera as forças de ascensão do espírito” (Chevalier e Gheerbrant, 1994:621). Mais uma vez fica expresso o papel da mulher como guardiã e sacerdotisa do culto familiar, que zela pelo espírito do falecido.

Como podemos perceber, através da análise das peças teatrais e da estátuária monumental, fachadista e funerária, havia uma preocupação de orientar, dentro dos valores morais positivistas e católicos, através de símbolos e signos.

As peças teatrais mostram a propaganda positivista feita antes da proclamação da República, retratando a sociedade degenerada fruto de um governo monárquico corrupto. Portanto, usou o símbolo de Caroline para enfatizar a mulher prostituta e leviana gerada pela Monarquia, e não para a nova ordem social. Primeiramente, deveria destruir os costumes morais da monarquia para depois construir a nova moral baseada no Positivismo. A peça de Emilio Kemp foi escrita durante a vigência do governo, mas mesmo assim mantém a figura oposta para educar.

Já a estatuária foi produzida após a instauração do governo castilhistas, mostrando o modelo a ser seguido, baseado no símbolo de Clotilde e eternizado nos signos. Reflete através da pedra, do mármore e do chumbo das esculturas a rigidez e austeridade da ditadura científica.

Mas, o maior objetivo tanto do teatro como da escultura era educar a população, e principalmente a mulher conscientizando-a de seus deveres e de seu lugar dentro da sociedade, manipulando o imaginário popular através destes símbolos e signos.

O Discurso Moralista e as Mulheres

O Rouge que representa o passado e a evolução da maquiagem feminina é como o perfume...

Em dose mínima ou em aplicação leve, confere ao semblante e à expressão fisionômica, o substrato da saúde e da simpatia física. Em dose excessiva a aura da doçialidade e da meiguice se transforma na máscara ridícula da Colombina, sacudida de riso espasmódico, na quarta feira de cinzas, saturada de perfume, quando ainda deitam no silêncio, os últimos acordes da festa da fantasia (Balbino Marques da Rocha, 1995).

O Positivismo, uma doutrina criada por Auguste Comte, durante o período de instauração da República veio organizar a sociedade frente ao caos resultante de muitos anos de um regime monárquico. A simbologia utilizada do discurso comteano, em relação à educação da mulher, fora criada com base em arquétipos universais e veio ao encontro dos anseios conservadores da época, legitimando a permanência da mulher no espaço privado, produzindo um achatamento cultural e profissional.

Esta hipótese é pertinente à medida que comparamos a produção intelectual da mulher na República Velha com a do período da Revolução Farroupilha e os anos que a sucederam.

A Revolução Farroupilha foi um dos movimentos Liberais que abalaram o Império do Brasil. Foi um longo período de lutas e desequilíbrio social, que contribuiu para a emancipação da mulher, pois na ausência do homem teve que usar sua criatividade para lutar pela sobrevivência e sustendo da família. Segundo Hilda Flores:

Foi uma escola sem precedentes, um ensaio não planejado que a apanhou de surpresa e acabou por divisar lhe horizontes para o caminho da independência e auto realização, difícil e penosa, e ainda não culminando nos nossos dias (Flores, 1989:19).

A autora mostra que este quadro beneficiou também a produção intelectual feminina, iniciada antes do período farroupilha, salientando nomes de mulheres que se destacaram em âmbito nacional através de suas obras numa época que grande parte do Brasil era composta por analfabetos.

A pioneira foi Maria Clemência da Silveira Sampaio, natural de Rio

Grande, que escreveu Versos Heróicos, em 1823, homenageando a proclamação da independência do Brasil e que colocaram em destaque entre os chamados “poetas da independência”. Os versos deixam transparecer, segundo Hilda Flores, o caráter social e a tentativa de engajar a Província Sulina no todo do território nacional (Flores, 1989: 69).

Outra que podemos destacar é Maria Josefa Barreto Pereira Pinto, escritora, professora e jornalista da década de 1830. Com a morte de seu marido criou uma escola mista na rua Santa Catarina (Dr. Flores), num período em que o normal era ter escolas para meninos. Foi a primeira mulher a fazer jornalismo tendo o seu próprio jornal Belona irada contra os secretários de Momo, que circulou durante a Revolução Farroupilha, pois era engajada na política nacional.

Não podemos esquecer-nos de Ana Euridice Eufrosina da Fonseca de Barandas autora de O Ramalhete, crônicas, versos e poesias que analisam os efeitos da guerra na sociedade rio-grandense (Flores, 1989:89).

Podemos citar ainda entre outras mulheres intelectuais como Rita Barém de Mello (1840-1868), Amália Figueroa (1845-78) e Luciana de Abreu (1847-80) que deram continuidade à produção intelectual feminina no período posterior à Revolução Farroupilha.

Destas salientamos Luciana de Abreu (imagem 20), participante ativa da Sociedade do Partenon Literário, fundada em 18 de junho de 1868, em pleno desenrolar da guerra do Paraguai. No Paternon Literário realizavam-se conferências, publicavam a revista com artigos dos sócios, criou escola gratuita para livres e escravos, e em 1880 iniciou a campanha abolicionista (Flores, 1987: 66).



Imagem 20: Luciana de Abreu. Fonte: www.prati.com

Luciana de Abreu apresentou no 6º Sarau do Partenon Literário, uma palestra sobre a educação da mulher sobre o título de “A Educação das Mães de Família”, publicada em 1873. E segundo Maria Motta, nesse mesmo ano Luciana discursou sobre o direito do voto conquistado pelas mulheres americanas e inglesas, e sobre a emancipação da mulher em 1875 (Motta apud Flores, 1987:74).

Podemos citar ainda a importância das professoras, que junto com esse seleto grupo de pensadoras contribuiu de maneira grandiosa para a educação e cultura do Rio Grande do Sul.

Ao ser instaurada a moral positivista e a mentalidade conservadora, a mulher, como vimos nos capítulos anteriores, voltou a ser encerrada na sua casa, tornando cada vez mais imprópria sua participação na política e na sociedade.

Essa interferência, além de prejudicar o potencial profissional feminino, causou um grande dano ao desenvolvimento intelectual, pois a produção cultural da mulher, durante a República Velha foi ínfima. Seus trabalhos meramente reproduziam o discurso imposto pelos homens.

Mas existiram mulheres que se diferenciaram das demais e como exemplo podemos citar a professora e intelectual política Anna Aurora do Amaral Lisboa, cuja vida e obra foram também estudadas por Hilda Flores.

Anna Aurora (1860-1951) era natural de Rio Pardo, cidade que foi palco de grande parte de sua vida. Formou-se professora na escola Normal, em Porto Alegre, no ano de 1881, profissão a que se dedicou durante toda sua vida. Ao deixar o magistério público, devido a divergências com o governo castilhistas, fundou com suas irmãs o Colégio Amaral Lisboa. Escreveu poesias, artigos e peças de teatro: *A Culpa dos Pais*, *Festinhas e Teatro* (Flores, 1994:143-146).

A oposição de Júlio de Castilhos ocorreu devido aos infortúnios que sua família passou durante a Revolução Federalista, com a prisão de seus irmãos, que mais tarde culminaram em uma carta anônima atentatória à sua moral, e criticando-a por ser partidária de Gumercindo Saraiva. O autor da carta era o Major Antero Adolfo da Fontoura e dizia o seguinte:

(...) Sim vós é que deveis estar com aquele bandido, servindo-lhe mesmo para suas concubinas, visto que o achais herói, que o louvais (...) É para admirar que talento como o vosso não dê para pensar, que essa não é a missão da mulher, deixar o lar doméstico para vir entrometer-se em política. Com tanto cultivo de inteligência não pensais que a mulher, principalmente solteira e sem pai não deve arrojarse e vir procurar homens? (Lisboa, 1895: 17)

A carta está repleta de acusações que expressam a mentalidade conservadora, tanto na crítica do seu envolvimento com a política, como na de salientar a desproteção da mulher que não tem pai ou marido para protegê-la. Anna perdeu o pai em 1884 e desde então passou a ajudar no sustento de casa, que veio assumir por inteiro, em 1981, quando sua mãe faleceu.

A resposta à afronta sofrida através da carta, que atentava à sua honra, ocorreu em 24 de maio de 1884, ocorreu quando Anna foi à casa comercial do Major e o desafiou com um revólver. A professora sofreu um processo por este ato, sendo que logrou de ser despronunciada por publicar nas páginas do jornal O Patriota o relato de tudo que havia ocorrido. A publicação foi feita com o objetivo de sensibilizar a opinião pública.

Encontramos artigos da Professora Anna Aurora publicados nos almanaques da época. Em um deles intitulado Educação da Mulher, reivindicando que a sociedade aceita uma profissão para a mulher que passava necessidade para que não precisasse depender do sustento pelo homem.

Daí, pois, a vossa filha uma instrução sólida, habilitai-as, preparai-as convenientemente para que elas possam, em caso de necessidade, encarar com ânimo resolutivo as vicissitudes da vida, contando com suas próprias forças e dispensando o amparo e proteção (Lisboa, 1899: 108-109).

Anna deixa claro que não pretende com isso a igualdade entre os sexos e muito menos, exige os mesmos direitos civis e políticos. Pois, uma vez que foi vítima do preconceito social, sabia que não poderia mudar de uma hora para outra uma mentalidade conservadora.

Não reclamamos para o sexo a que pertencemos nenhum dos direitos civis e políticos que até aqui tem sido privilégio de outro sexo; não procuramos reivindicar a pertença igualdade de aptidões intelectuais entre o homem e a mulher. Achamos pelo contrário, que ela fica perfeitamente bem no plano secundário em que a colocaram com os preconceitos sociais (Lisboa, 1899:108).

Após a pressão política que sofreu, Anna aceitou, de certa forma, a posição secundária imposta ao seu sexo; preferiu mudar a tática do seu discurso do que calar-se. Contudo, em 1932, passou a compor o grupo de mulheres que participavam do movimento católico nacionalista em favor do ensino religioso, contra o divórcio e a favor dos direitos da Igreja Católica.

No período positivista Anna foi a única mulher a posicionar-se politicamente e reivindicar a profissão feminina, enquanto que outras mulheres

intelectuais legitimavam os valores positivistas em seus contos, novelas, artigos e poesias.

Como Dorothy Dix (1919:7), que escrevia para o jornal A Federação, dando conselhos às donas de casa de como tratar o marido, tais como: incentivá-lo no trabalho, não o sobrecarregar com as queixas do dia-a-dia, alimentá-lo e estar sempre pronta para atendê-lo e ouvi-lo. Ou seja, não poderia nunca esquecer os seus deveres de rainha do lar e anjo tutelar, e somente assim poderia ser uma musa inspiradora. Mesmo que para isso tenha que se sacrificar e anular-se.

O discurso de que a mulher é uma educadora por natureza, também era assimilado e difundido pelas intelectuais, que consideravam que realmente a tarefa de ensinar era sua grande missão, pois não bastava apenas ter filhos e criá-los, deveriam educá-los para a vida e para a pátria. Se o seu dever fosse bem executado receberiam em troca a satisfação e o reconhecimento. Segundo Virginia Castro e Almeida (1917:1): “A nossa missão é preparar a criança para a vida, se estivermos habilitadas a educar uma criança seremos moral e intelectualmente perfeitas e teremos cumprido o nosso destino”.

A profissão de educadora deu destaque à mulher nesse período, pois era o único campo em que poderia trabalhar e exercer sua intelectualidade. A crescente procura das mulheres pelo magistério foi registrada por João Abbott:

Quanto às senhoras, além de excelentes professoras que nos tem dado a Escola Normal, saem daí com a educação bem formada para terem futuramente, como mães, um certo grau de ilustração que saberão transmitir à família. Se a concorrência delas é maior na Escola, é porque na luta pela vida, sendo lhes restrito o campo de ação, buscam no magistério um lugar que não podem obter em outra profissão (Abbott, 1894).

Segundo Flores, a única historiadora positivista foi Stela Dantas de Gusmão (1876-?), que em 1911 publicou para ser usado nas escolas públicas do estado o livro de título História do Rio Grande do Sul. Traz o anticlericalismo expresso no estudo da influência dos jesuítas sobre os índios, que são acusados de praticar suplícios cruéis e temores supersticiosos para fundarem o Império Garaníti. Flores (1989:39) salienta que o texto é ingênuo e sem fundamentação.

A partir do final do século XIX, o movimento feminista baseado em um discurso de confronto com o homem, estava crescendo na Europa, mas não era aceito pela totalidade das mulheres rio-grandenses, que faziam sobre este assunto pesadas críticas. Afirmavam que o movimento

era formado por mulheres insatisfeitas que não compreendiam seus verdadeiros papéis.

A mulher rio-grandense, no limiar da Primeira Guerra Mundial, aceitava seu papel de submissa ao homem, justificando que sua mais nobre missão. Mais desejável e mais bela era constituir família e exercer sua influência como anjo tutelar, pois não via vantagem em deixar de ser um bibelô ou ainda de descer do seu trono de guardiã da moral da família, para concorrer com o homem.

Os nossos caprichos, as nossas fantasias, os nossos coquetismos, a nossa graça feita de fragilidade e delicadezas não nos predispõem para tais destinos. As feministas intransigentes são muitas vezes aquelas que não compreenderam ou faram mal sucedidas na sua vida de mulher (...)

Mas por favor, não desçamos do nosso pedestal se quisermos guardar um pouco do nosso prestígio. O ideal da mulher não deve ser de chegar de todo com o ente querido por sua fraqueza e fragilidade. (M S, 1914:4)

O que se percebe no discurso é uma constante reafirmação dos símbolos positivistas. A mulher acomodou-se no seu espaço doméstico e brigava para não deixar de ser rainha do lar e anjo tutelar, porque sua condição de sexo frágil e submisso lhe dava prestígio. As exigências e desejos que por ventura tivesse eram conquistadas através da chantagem emocional, usando como artifícios delíquios, choros intensos, bater os pés como criança, etc. Estes atos demonstravam cada vez mais que não era racional e muito menos responsável e por isso deveria sempre estar sob a tutela do homem. Mas constatamos que através dessas atitudes consideradas imaturas a mulher exercia certo poder em relação ao sexo oposto, que se sensibilizava com a chantagem emocional e realizava todos os seus desejos. Existia certa comodidade feminina frente à mentalidade que a considerava um ser inferior, o importante era ter os seus pequenos desejos saciados, mesmo que para isso devesse ocupar um papel secundário.

De resto a mulher que tem como seu representante legítimo o marido e deve reconhecer nele a faculdade de cuidar dos direitos de ambos, mesmo quando o marido seja o mais imbecil dos homens e ela dotada de grande superioridade de espírito. Por outro lado, a experiência, demonstra o quanto pode uma mulher inteligente e ambiciosa no ânimo das pessoas que estão sob seu domínio, fazendo suave pressão sutil e tenaz eficazíssima, insinuando suas ideias para que frutifiquem no espírito do outrem (FC, 1914:7).

Ao aceitar o papel secundário, a mulher legitimava os dogmas da moral conservadora imposta. O que se tornou comum é dito em provérbio popular que “atrás de um homem sempre existe uma grande mulher”.

Quanto à participação política através do voto, a própria mulher considerava que a casada não deveria votar, pois o marido a representava e com isso estaria evitando conflitos domésticos. Mas a mulher que fosse solteira e trabalhasse para prover seu sustento deveria ter esse direito, justificando que esta não tinha as alegrias de um casamento feliz muito menos da maternidade e somente lhe restava a participação política.

(...) Mas se olhares em torno de si, verão que o número de mulheres que não têm família própria aumenta consideravelmente. Os homens sentem casa vez menos, inclinação para o casamento, a mulher isolada não é mais um fenómeno. Trabalha estuda faz sua carreira corajosamente com os esforços dignos de consideração: procura na vida outras satisfações e outras ideias quando os mais poéticos sentimentos lhe são negados. Então porque negar à mulher culta, à mulher madura, possuindo a individualidade jurídica, os direitos que se concedem à gente inferior e rude, na maioria dos casos, inconscientes da missão confiada aos legisladores (F C, 1914: 6).

A mulher que trabalhava fora ou exercia uma atividade intelectual era aquela que não havia conseguido um marido e devido a isso buscava reconhecimento social na profissão, a casada não precisava trabalhar. Portanto, era rotulada de solteirona frustrada que buscava em seus escritos os sonhos perdidos de ter um dia um príncipe encantado.

Com isso a intelectualidade feminina restringiu-se a poemas adocicados de adolescente, suspirando pelo primeiro amor, evidenciando uma acomodação diante de sua condição social.

Aracy Dantas de Gusmão, poetisa destacada no período tornou-se famosa por seus versos amorosos e cálidos, sendo que em seu primeiro livro *Êxtase* publica entre outros os seguintes poemas: *Único Amor*, *Asas*, *O Pinheiro*, *Reflexões*, *Saudade*, *Alma Submissa* e *Fim de Batalha*. Deste último destacamos os seguintes versos:

- Basta! Eu caio a teus pés, humilde e convencida.
De que és e serás sempre meu único amor...
Cruzo as armas, feliz em me saber vencida.
Sem ódio e sem revolta, isenta de rancor... (Gusmão, 1914:91)

Na mesma linha segue Marieta Costa, que, além de poesia de amor e natureza, exalta as santas destacando o caráter da pureza de espírito e alma:

Diante da multidão que amotinada, em Roma,
Os crentes do Evangelho ao suplico condena,
Alma eleita do céu, Ignês, para, serena.
Confessando seu Deus, heroicamente assoma. (Costa, 1921: 185)

Ignês, vem de Agnes, ovelha, denotando o caráter de mansidão que todas as mulheres deveriam ter frente à sociedade.

Podemos cita ainda Júlia Cavalcanti, que morreu em 1890, com dezoito anos, deixando vários poemas utilizando os mesmos temas. Além da poesia, as mulheres se dedicavam à música e à pintura, aprendidas nas escolas, com o objetivo de se apresentarem em saraus e “salões positivistas”. Essa formação iniciava desde pequena (imagem 21).



Imagem 21: Jovens com seus instrumentos musicais (Costa, 1922: 249).

Em termos de musicistas muitas se destacaram e citamos como exemplo Ilse Woebecke, pianista, que segundo Costa, era conhecida nas principais capitais brasileiras. Era filha de Gustavo Woebecke, comerciante de Porto Alegre. E a violinista Olga Fossat, professora do Conservatório de Música de Porto Alegre. (Costa, 1922: 131 e 248). Costa ressalta ainda vários nomes de cantoras líricas rio-grandenses conhecidas na Europa. São elas: Amália Iracema e sua irmã Heddy Iracena, Zola Amaro e Olintha Braga, que iniciavam suas carreiras cantando nos saraus.

O sarau, encontro social herdado do período colonial que chega até a República Velha, era um espaço alternativo onde além de se reunirem para dançar, ouviam palestras e poesias, assistiam apresentações de pequenas peças de teatro, como também em muitos casos eram expostos trabalhos manuais confeccionados pelas organizadoras. Era uma oportunidade para as jovens casadoiras mostrarem seus dotes e com isso conquistar algum jovem de futuro promissor. Também organizavam bailes promovidos por clubes femininos:

Clube das Violetas - denomina-se assim a novel sociedade bailante fundada sob a iniciativa de um grupo de distintas jovens de nossa capital. O aludido clube difere dos seus congêneres aqui existentes, porque nele é lei de etiqueta as damas tirarem os cavalheiros para a dança e não poderem estes serem considerados como sócios, direito exclusivo daquelas. (Jornal A Federação, 1892: 1)

Clube das Sensitivas- (...) Pela originalidade da instituição, pelos preparos que fazem para o sarau, pela distinção das jovens que compõem o grêmio, por tudo enfim, estamos certos que vamos assistir uma festa simplesmente adorável (Jornal A Federação, 1892: 1).

A Violeta é o símbolo da modéstia e da timidez, pois a flor se oculta entre as folhas. Mas no caso desse clube de jovens, a timidez foi posta de lado, pois eram elas que tiravam os rapazes para dançar. Essa atitude demonstra que havia jovens nesse período que faziam questão de tomar a frente na escolha dos parceiros de dança. Portanto, o símbolo escolhido para representas o clube mascara a verdadeira atitude, questionando a moral conservadora.

Já as sensitivas são as flores que se fecham ao serem tocadas, numa tentativa de preservar sua essência reprodutora. É símbolo da preservação da sexualidade, e o clube que adotou esse símbolo enquadrava-se dentro da moral conservadora.

Os dois exemplos de clubes de jovens são indicativos que a sociedade não era homogênea quanto à questão da moral, o que vem a comprovar que existia um discurso conservador imposto por uma parcela da sociedade que detinha o poder, mas por outro lado existiam outros grupos sociais que se posicionavam contra os valores da elite positivista e católica.

Existiam os “salões positivistas”, realizados no templo da Humanidade e em clubes, que eram sempre presididos pela mulher, dando assim um caráter mais íntimo e familiar, pois sendo a guardiã da moral e sua grande divulgadora, não tinha nestas reuniões o seu lugar de destaque. (Comte, 1945: 25)

A escritora Júlia Lopes de Almeida, segundo Rosa Maria de Araújo (1993:68), uma das primeiras mulheres consagradas no meio literário e jornalístico do Rio de Janeiro, participou de saraus e festividades em sua visita a Porto Alegre no decorrer do mês de maio de 1918, amplamente divulgados pelo jornal A Federação. No teatro São Pedro realizou conferências intituladas “A mulher na arte” e “A moda”, recomendadas ao belo sexo (Jornal A Federação, 1918:3). Entre suas obras foram destaques os seguintes títulos: A Intrusa, Silveirinha, Falência, Correio da Roça, Viúva Simões, Livro das Damas e Donzelas e Leitura para Moças, sugerindo nestes últimos uma leitura ingênua de acordo com a moral da família. Foi defensora do voto feminino, pois afirmava que a mulher não perderia sua feminilidade ao posicionar-se politicamente, embora deixasse claro que o seu interesse era a literatura e não a política (Araújo, 1993:90)

Foi homenageada na Faculdade de Direito de Porto Alegre, na ocasião da formatura de uma de suas turmas. O discurso do orador, acadêmico Barcellos, destaca sua importância e de suas obras na educação da mulher, sendo salientado no jornal A Federação.

O orador depois de saudar Júlia Lopes de Almeida, lembrou a obra admirável da homenageada acrescentando que ela não era apenas uma criação de beleza, mas também tinha um alcance social, porque representava um esforço educador em benefício da mulher. Este caráter de sua literatura lhe havia dado a representação da mulher brasileira. (Jornal A Federação, 1918: 3)

O discurso foi baseado nas obras da autora e em um artigo de título “A primeira escritora portuguesa julgada pela primeira escritora brasileira”, escrito em homenagem ao jubileu literário de Maria Amália Vaz de Carvalho. Mas cabe salientar que o Rio Grande do Sul produziu as primeiras escritoras e intelectuais brasileiras, num período muito anterior ao de Júlia Lopes. Para as atividades sociais era preciso que a mulher estivesse sempre apresentável e de acordo com a moda, pois para os conservadores ela era um bibelô. Sendo assim, eram grandes os cuidados com o corpo, que pode ser constatado através dos anúncios de produtos de beleza.

Para a “Beleza da Pele” recomendamos às senhoras e senhoritas que usem sempre o afamado Creme Ideal e a magnífica Loção Misteriosa - Substituta do pó de arroz. Curam espinhas, poros sardas, cravos, impingem e qualquer ruga da pele (Jornal A Federação, 1918: 2).

Os mais variados cosméticos anunciados prometiam verdadeiros milagres, apelando sempre para a vaidade da mulher elegante, como podemos constatar no anúncio de um creme para os seios.

As senhoras e senhoritas
Que chic sempre estão.
Que usam rendas e fitas
Vestidos de babadão.

Aconselhamos, deveras.
Como sendo coisa rara
Para a beleza dos seios
Usar só o Creme Yara (Jornal A Federação, 1917: 7).

A mulher de seios grandes e a cintura fina era o modelo de beleza da época e para isso usavam o “velho” espartilho para seguir as exigências da moda.

Para os conservadores, a mulher ao enfeitar-se valorizava seus instintos de sedução tornando-se mais sujeita à leviandade, e ao despertar o desejo seria levada por ele. A grande preocupação com a estética do corpo fez com que os positivistas investissem cada vez mais em torná-la assexuada, pois tais cuidados tornavam-se nocivos à ordem social à medida que, em favor do corpo perfeito, a mulher se recusava a procriar. Ou ainda para manter os seios firmes muitas mães deixavam de amamentar seus filhos. As senhoras das classes mais abastadas contratavam amas de leite ou ainda usavam a mamadeira com farinhas especiais que serviam de complemento alimentar.

A propaganda ao mesmo tempo em que divulgava os produtos para o embelezamento feminino, difundia também o uso dos produtos criados para auxiliar na amamentação e livrar a mulher dessa “incômoda” função. Os conservadores consideravam que esse tipo de propaganda dava mais ênfase à futilidade feminina (imagem 22).



Imagem 22: Anúncios da Farinha Láctea. Revista Fon-Fon. In. Nosso Século, 1980, nº34.

Segundo Margareth Rago, a partir de meados do século XIX, o discurso médico sanitariano, defendido nas teses de doutoramento nas Faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia, propunham a valorização da mulher como guardiã do lar, reagindo contra a amamentação mercenária e o abandono infantil resultante do desejo egoísta e narcisista de manter o corpo belo, de conservar a estética e pelo medo de perder o marido (Rago, 1987: 75).

A mesma preocupação ocorreu no Rio Grande do Sul, tanto pelos positivistas como pelos médicos que, como vimos no primeiro capítulo, esforçava-se em difundir os modelos de rainha do lar e anjo tutelar em seus discursos.

O doutor Moncorvo Filho preocupado com o descaso com a amamentação e cuidados que as mães deveriam ter com seus bebês, escreveu “O A B C das Mães”, com o objetivo de orientar as mulheres de como manter a saúde das crianças. E em caso de uso de mamadeiras, as mulheres deveriam ter a preocupação de escolher a de vidro e nunca bicos de cor cinza. Indicava ainda cuidados que deveriam ter para manter a higiene dos utensílios. Determinava a idade mais apropriada para dar o primeiro mingau, as doenças infantis mais comuns e o risco de medicamentos administrados sem a indicação do médico. Os conselhos foram publicados no Almanaque de Pelotas para que chegassem a um grande número de leitoras (Moncorvo Filho, 1914: 117, 119 e 121).

O tema da amamentação também aparece na propaganda circulante, ressaltando a nobre função das mães. Para os Positivistas a perda deste contato inicial da mãe com o bebê, prejudicaria a relação afetiva e alteraria o desenvolvimento físico e psicológico da criança. Dar o peito ao filho era o

dever da boa mãe, que através do seu gesto estaria garantindo a saúde de seu filho e uma geração futura mais forte.

No galactogênio, um tônico para fortalecer o leite da mulher, trazia como signo em sua propaganda a mãe com uma criança ao colo amamentando. A representação lembra o signo da Humanidade, ou seja, Clotilde com a criança no colo (imagem 22).



Imagem 23: Galactogênio, Mãe amamentando. Almanaque de Pelotas, 1919:164.

Sendo a rainha do lar e o anjo tutelar os grandes modelos a serem seguidos, toda a propaganda da época girava em torno deles. Os anúncios mais variados eram dirigidos à dona de casa, à mãe e a esposa, e em muitos casos destacavam suas qualidades. Como podemos constatar nos anúncios que foram publicados no jornal A Federação:

Acaba de sair à luz o Almanaque da Família, interessante publicação que além de calendário de 1892, traz uma escolhida relação de anedotas, pensamentos, contos, poesias e receitas da maior utilidade para as donas de casa (Jornal A Federação, 1892:3).

O Segredo da Cozinha- Sem dúvidas foi e será uma das principais preocupações de uma boa e diligente dona de casa (...). (Jornal A Federação, 1817: 2)

Estes dois a relacionam com a cozinha, ou melhor, dizendo, remetem à imagem da mãe zelosa que prepara quitutes deliciosos para seus familiares. Os cuidados que ela deve ter com a organização da cozinha são os cuidados que devem ser ressaltados.

Os reclames de produtos de limpeza, como sabão e desinfetantes, trazem a mulher em seus afazeres tradicionais, tais como lavar roupa, varrer e limpar a casa (imagem 24).



Imagem 24: Rainha do lar lavando roupa. Almanaque de Pelotas, 1914:110.

Cabe destacar que este signo a traz como um bibelô, pois sua representação é de uma mulher alinhada, apesar do trabalho árduo da roupa.

Um anúncio comum da época era o do remédio Saúde da Mu-

lher, indicado para os incômodos de senhoras, e foi, segundo Jornal O Malho, o primeiro anúncio luminoso do Brasil, sendo instalado em cima de um edifício na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, pela empresa de propaganda José Lira.

A propaganda mostrava uma mulher varrendo os aparelhos ginecológicos usados no controle das infecções, destacando que estes já estavam ultrapassados, pois existia o remédio altamente eficaz para todos os problemas femininos. As donas de casa poderiam então cumprir com maior disposição seus afazeres, livres dos incômodos de seu sexo. O mesmo reclame foi publicado nos almanaques rio-grandenses (imagem 25).



Imagem 25: Rainha do lar varrendo. Tônico para o incômodo de senhoras. Almanaque do Correio do Povo, 1912: 14.

Nas máquinas de costura também aparece como divulgadora o modelo de rainha do lar, pois como vimos anteriormente, a mulher aprendia a técnica do corte e da costura, sendo estimulado este ofício também nas escolas (imagem 26). Sabendo costurar poderiam produzir suas roupas, seu enxoval e a da futura família.



Imagem 26: Rainha do lar no ofício de costureira. Almanaque de Pelotas, 1916: 7.

Percebe-se que a propaganda girava em torno dos modelos consagrados pela moral conservadora, mas em decorrência da Primeira Guerra Mundial e o advento do cinema norte-americano na década de 20, ocorreu uma mudança de valores na sociedade. Tais mudanças também são percebidas através da literatura e da dança.

Durante a Primeira Guerra (1914-1918), a partir 1915, na Inglaterra, França e Alemanha, as mulheres saíram do casulo doméstico e foram trabalhar nas indústrias, devido à escassez de mão de obra e os baixos salários masculinos. Substituíram os homens nas indústrias de material bélico, atuavam como eletricitistas, encanadoras e em empreiteiras. Trabalhavam em cargos governamentais, em transportes, como o metrô de Paris, os ônibus de Londres, executavam reparos nos navios e trabalhavam nos estaleiros da marinha alemã. As inglesas ingressavam também nas Forças armadas e na polícia (Black, 1989: 674). Nesse período o trabalho feminino passou a ser necessário para a sociedade.

Para adaptar-se ao novo estilo de atividade e mulher passou a usar roupas mais práticas, abandonando os corpetes e usando toucas para manter o cabelo preso, para não os prenderem nas engrenagens das máquinas.

As mudanças produzidas no vestuário influenciaram a produção da

indústria da moda, que em 1919 passou a investir em um novo tipo de mulher. A saia ampla foi substituída pela linha “barril”, os vestidos não marcavam mais a cintura e os quadris, passaram a ser escondidos entre os tecidos. O busto grande não estava mais em voga e sim o pequeno. Sendo assim, o espartilho foi trocado pelo achatador que tinha como função esconder os seios. (Laver, 1993: 230)

A moda europeia reflete uma nova mulher com as novas posturas e funções adquiridas durante um período onde o homem teve que se afastar do seu trabalho para lutar. No Rio Grande do Sul a moda ditada pela França da Belle Époque é substituída pela moda do pós-guerra, pois os modelos são copiados pela mulher rio-grandense.

O Rio Grande do Sul passou a ser governado desde 1898, por Borges de Medeiros, sucessor direto de Castilhos. Em 1907, Borges lançou como seu candidato Carlos Barbosa Gonçalves e contou com o apoio dos estudantes do Bloco Castilhista. Durante o governo de Carlos Barbosa, Borges chefiou o PRR, retomando o governo em 1913, ficando no poder até 1928, graças à fraude eleitoral que ocorriam em suas reeleições.

Com a primeira guerra mundial, as importações foram restringidas e o setor pecuarista do estado teve um aumento de produção, para satisfazer às necessidades do mercado nacional, em contrapartida a venda do café havia caído e como este era o principal produto de exportação brasileira, gerou uma grande crise aos estados cafeicultores, que passaram a produzir arroz, feijão e charque concorrendo com os produtores do Sul (Flores, 1993: 155).

A crise interna sofrida pelos produtores e pecuaristas resultara, segundo Flores, num descontentamento com o governo positivista e em 1921 os opositores ao governo de Borges, apoiam a candidatura de Joaquim Francisco Assis Brasil, mais uma vez, em 1922, houve fraude eleitoral, dando vitória a Borges. Assis Brasil pediu uma recontagem de votos, sendo nomeada pelo próprio Borges uma Comissão de Constituição de Poderes, formada por Getúlio Vargas, Ariosto Pinto e José Vasconcelos Pinto, que após a recontagem dos votos a portas fechadas, deu vitória a Borges, legitimando mais uma vez a grande farsa eleitoral existente no governo positivista (Flores, 1993:157).

Em reação a este sistema a oposição pegou em armas e em 1923, liderados por Assis Brasil e vários chefes militares, o objetivo maior era que o governo federal, na pessoa do presidente Artur Bernardes intervisse, mas não tinha força suficiente para lutar contra a Brigada Militar de Borges de Medeiros. Mas em 7 de novembro de 1923, foi assinada a paz em Pedras Altas, tendo como condição principal que Borges de Medeiros não concorresse mais ao cargo de presidente do estado, deveria indicar um candidato neutro e em 1927, indicaram Getúlio Vargas (Flores, 1993:157).

O descontentamento gerado com o governo positivista, era resul-

tante dos problemas econômicos e políticos iniciados com a conflagração mundial e com as sucessivas reeleições de Borges. A corrupção que tanto os positivistas criticavam e combatiam do Brasil Império, estava presente nas eleições da República Positivista. A doutrina positivista se desgastava frente a nova mentalidade liberal que começava a entrar, encontrando um campo bastante fértil para se instalar.

A concepção da mulher guardiã da moral começava a ser questionada frente às novas formas de comportamento mundial. Em 1922 as livrarias do Globo e Selbach empregavam mulheres na seção de cartonagem e encadernação. Seus cabelos curtos e saias oito centímetros abaixo do joelho seguem a nova tendência da moda (imagem 27).



Imagem 27: Seção de cartonagem e encadernação da Livraria Selbach, 1922.

O cinema norte-americano encarregou-se de difundir a nova mentalidade e a imagem da mulher liberal. Em seus filmes o herói não era mais o nobre, mas sim o capitão da indústria, sempre envolvido em negócios, mas com tempo para o esporte. A heroína é uma mulher independente.

As atrizes aparecem com os cabelos curtos, antes usados somente pelas meretrizes. Os vestidos sobem até a altura dos joelhos. Inicia-se a época das melindrosas, mulheres vaidosas, narcisistas e egoístas. A imagem é vendida pelas atrizes nas reportagens de revistas e pelo comportamento que tinham em lugares públicos.

A propaganda passou a expor o modelo inspirado no cinema, que vinha ao encontro da vaidade e sexualidade feminina, combatida pelos conservadores, mas que ao mesmo tempo era por eles impulsionada, pois edificavam o coquetismo feminino, na medida em que afirmavam ser a mulher um ser frágil, irracional e desprotegido. Um reclame que caracterizava bem essa mudança era o do perfume Narciso, que mostrava a melindrosa com toda a sua futilidade, egoísmo e excentricidade (imagem 28).



Imagem 28: Melindrosa, Perfume Narciso. Nosso Século, 1980, nº 40.

O próprio nome do perfume já era sugestivo, porque Narciso, segundo a mitologia clássica, era um jovem caçador de grande beleza, orgulhoso e egoísta. Certo dia quando foi beber água num rio, viu sua imagem refletida. Ao ver tamanha formosura apaixonou-se loucamente por si mesmo. A estranha paixão foi um castigo dos deuses para puni-lo de seu orgulho inflexível e o seu coração petrificado. De tanto olhar seu reflexo, consumido por seus sentimentos, Narciso morre e no seu leito de morte nasce uma flor amarela e branca que recebe seu nome (Meunier, 1976: 61).

O arquétipo de Narciso, nesse momento, personifica o modelo de egoísmo e futilidade feminino reforçado pela indústria cinematográfica, que o traz como símbolo de mulher emancipada e liberada. A liberação da mulher do espaço privado passa a ser tudo aquilo que os positivistas temiam. Pois o símbolo em questão não era mais o de Clotilde, mas sim o de Caroline.

Isadora Duncan, a bailarina dionisiaca, tornou-se o grande símbolo da melindrosa, tanto na dança como na vida real. Ela tornou-se o arauto da libertação do corpo, tanto por seus movimentos como pela indumentária que utilizava em suas apresentações, nas quais aparecia vestida com túnicas transparentes e de pés descalços (imagem 29).



Imagem 29: Isadora Duncan, a bailarina dionisiaca. Fonte: <http://www.danceheritage.org/treasures/duncan572.jpg>

O estilo estético da dança de Isadora foi bem recebido na Europa, mas em sua terra natal, os Estados Unidos, era sempre motivo de escândalos. Os escândalos eram normais na vida artística e amorosa de Isadora. Teve vários romances e casamentos, sendo que o último, com o jovem poeta russo Serge Essenin, foi o mais problemático, culminando com o suicídio do marido em 1925. Dois anos após Isadora morreu estrangulada por sua echarpe que se prendeu na roda do carro, que dirigia em alta velocidade (Portinari, 1989: 137 e 138).

Inspirados na nova mentalidade que surgia, o corpo feminino passou a ser usado nos anúncios dos mais variados produtos, tais como os de tintura para o cabelo da Loreale do perfume Phrynè (imagem 30), pu-

blicados em almanaques locais destinados às famílias, evidenciando que a sociedade não se chocou diante da exposição da mulher nua, apesar dos padrões conservadores.



Imagem 30: Anúncio da Loreal. Almanaque de Pelotas, 1913, p. 48. E Perfume Phrynè. Correio do Povo, 1918.

A propaganda do perfume remete a três símbolos ligados à sexualidade. O perfume é por si um afrodisíaco utilizado pelas mulheres como complemento a sua sedução. Frinéia foi uma hetaira grega, que pousou como modelo para o escultor Praxiteles esculpir a estátua da deusa Afrodite. As hetairas eram as cortesãs da antiga Grécia, mulheres cultas e reconhecidas na sociedade e admiradas pelos filósofos e artistas. Símbolo da mulher bela e culta. Frinéia possuía o corpo mais perfeito comparado à deusa Afrodite, símbolo do amor carnal. A utilização desses símbolos resgata a liberdade da mulher através do corpo.

Outro sinal da mudança da mentalidade foi o romance de Victor Margerrite, *Le Garçonete*. Publicado em 1922, considerado indecente, pois narrava excessos sexuais de uma aluna da Sorbone. A jovem usava cabelos curtos e somente roupas masculinas, ao estilo George Sand, pseudônimo de Amandina Aurora Dupin, Baronesa de Dudevant, famosa romancista francesa.

O estilo garçonete transformou-se no símbolo da mulher liberada e virou moda. Inicialmente fez sucesso entre as feministas e após estendeu-se a outras mulheres. Marcou a difusão da androginia (O'hara, 1993:125). Andrógino é o ser que possui os dois sexos, unidos, mas a ponto de ser separado, faz parte de uma figuração antropomórfica do ovo cósmico, sendo ao mesmo tempo o início e o fim (Chevalier & Cheerbrant, 1982:51-52).

A androginia não era novidade, mas tornou-se pública a partir do bailarino Vaslav Nijinsky, amante do empresário e homossexual assumido Serguei Diaghilev, que representou em suas coreografias a união do feminino ao masculino no mesmo ser, tanto no ballet *L'Après-Midi d' um Faune*, de 1912, como em *Le Sacré Du Printemps*, de 1913. Em uma turnê pela América do Sul, na qual Diaghilev não acompanhou o elenco, Nijinsky casou-se com a bailarina Romola de Pulszky. Ao descobrir a traição do amante, Diaghilev o demite. O rompimento resultou no início da loucura de Nijinsky, que veio a morrer mais tarde em um sanatório de Londres. Em seu diário foram encontrados desenhos que o retratavam como uma borboleta e de Diaghilev como uma aranha. (Portinari, 1993:115-124). Os dois ballets coreografados por Nijinsky abordam temas ligados à mitologia grega, ambos explorando a sexualidade. Em *L'Après-Midi d' um Faune*, mostra um fauno que após perseguir sem sucesso as ninfas, com as quais pretendia relacionar-se sexualmente, masturba-se para saciar seu desejo. O tema abordado é a decrepitude do envelhecimento do fauno que não possui mais virilidade para atrair as ninfas. Na *Le Sacré Du Printemps*, mostra o culto em homenagem a Dionísio, pela chegada da primavera salientando seu caráter sexual.

Dionísio, deus do vinho e da colheita, princípio e senhor da fecundidade humana e animal, era também deus da liberação, da cartasse e da exuberância (Chevalier & Cheerbrant, 1982:340). Foi cultuado no período do Helenismo, sendo que sua origem era de um deus oriental, daí sua semelhança com o deus agrícola Osíris dos egípcios. Dionísio diferencia-se dos demais deuses por sua androginia.

Jung trabalha com o símbolo de Dionísio a partir da interpretação da obra *Nascimento da Tragédia*, de Nietzsche. Conforme Jung, Nietzsche denomina seu par básico de opostos de apolíneo e dionisíaco. Apolo é o deus de todas as forças formadoras, como também é a racionalização do pensamento, exercendo o controle e a limitação do impulso selvagem. Em contrapartida o outro lado, o dionisíaco, é definido como a "(...) liberação do instinto sem limites, a irrupção do dynamis (força dinâmica) desenfreada de natureza animal, por isso o homem aparece no coro dionisíaco como o sátiro, deus na parte superior, bode na inferior (Jung, 1991: 140).

Portanto a androginia passa a ser difundida na década de 1910, como um símbolo de liberdade, marcando o início de uma mentalidade em afirmação.

A nova mentalidade teve no cinema norte-americano seu grande. A evolução do cinema estava relacionada com a Nova Era da economia norte-americana. A tecnologia avançada do pós-guerra, a produção em

massa e a administração científica de empresas resultaram em um grande aumento da produtividade. O consumo fora estimulado pela publicidade e o crédito fácil. A mentalidade de consumo chocava-se com os valores puritanos do trabalho duro, do autossacrifício e da poupança. Reduziu-se a jornada de trabalho para cinco dias e meio, portanto com mais tempo livre e dinheiro para gastar, o que proporcionou uma busca por divertimento e lazer, encontrado nos esportes (beisebol, futebol, golfe e tênis), na música (jazz), na dança (charleston), e no cinema. A nova era e o surto de prosperidade trouxeram modismos e uma nova mentalidade (Sellers, May e Mcmillen, 1990:316-318).

As mulheres queriam se tornar a grande atriz de Hollywood, uma Diva, ao nível das grandes da época como Mary Pickford, a namoradinha da América, e Lilian Gishi como o modelo da virgem inocente e ao mesmo tempo rebelde, de grandes olhos e lábios formato de coração, extremamente sensuais. Ser como a diva melodramática italiana, Francesca Betini, ou ainda como a grande vampe Theda Bara, que deixou a sociedade pasma com o beijo ardente que a mulher-vampiro deu no seu amante ao sugar sua alma (Morin, 1980: 20-21). A cena propunha a total dominação, material e espiritual, do homem pela mulher.

Theda Bara (1890-1955), ou na vida real Theodosia Goodman, nasceu em Cincinnati, Ohio, foi levada ao estrelado por Wilian Fox em 1914, para concorrer com a dinamarquesa Asta Nielsen e as italianas Francesca Betini e Pina Minicheli. Tornou-se o primeiro grande mito feminino do cinema, uma das grandes divas hollywoodianas, a primeira mulher fatal das telas, a verdadeira Vamp³. Theda Bara encarnou no cinema a rainha Cleópatra, no filme *A Rainha do Egito*, de 1917(imagem 31).

³Os vampiros são mortos-vivos que saíam de seus túmulos para sugar o sangue dos vivos que, ao serem sugados, contraem a maldição. O vampiro representa a sede de viver, que renasce e se esgota tão logo é saciada com o sangue da vítima. Faz parte do imaginário popular na Rússia, Romênia, Polónia, Europa Central, Grécia e na Arábia. O vampiro mais famoso de todos os tempos é o do romance de Bram Stoker de 1897, o *Conde Drácula*, personagem inspirado no lendário Vlad “Tepes”, Empalador (1431?-1476), príncipe da Wallachia, que ficou conhecido por seu pulso de ferro com que combatia os seus inimigos e as diversas técnicas de empalamento usadas para puni-los. Outra figura lendária que contribuiu para a formação do arquétipo primordial do vampiro foi Elizabeth Bathory (1560-1614), a Condessa Sangrenta. Sua história também influenciou Bram Stoker que conheceu sua trajetória através da obra *The Book of Werewolves* (O Livro dos Lobos -1865) de Sabine Baring Gould. Na mesma linha encontra-se ainda o romance do inglês Sheridan Le Fanu, *Carmila*, publicado primeiramente em 1872 na coletânea *In a Glass Darkly* (Em um Copo Escuro). Os vampiros tornaram-se tema constante na literatura e no cinema, e emprestaram suas características de sedução e perversidade para formar o grande modelo da Vamp cinematográfica personificada por Theda Bara.



Imagem 31: Theda Bara, Rainha do Egito. Modelo da mulher devoradora de homens, a grande vamp. Símbolo máximo da sensualidade feminina. Fonte: <https://lh3.googleusercontent.com/-jK5pwOJ-x94/TYBdmla0hwl/AAAAAAAAA7M/IZluG4TmgNE/s1600/theda+2.jpg>

Os relacionamentos de Cleópatra aliada à sua extrema sede de poder ajudaram a construir a fama de ser o maior mito ligado à sensualidade feminina. No cinema, a imagem fascinante e sedutora de Cleópatra mesclou-se com a da mulher-vampiro inspirada por Theda.

Theda Bara representou também *Carmen* (1915), *Salomé* (1918) e *Madame Misteri* (1920), todos os papéis de mulheres fortes, sedutoras, envolventes e com a morte trágica em seu caminho. Segundo os anais cinematográficos, o nome Theda Bara, era um anagrama da palavra *arab death*, morte árabe, que contribuía ainda mais para a construção do imaginário que envolvia a *femme fatale*, a Lilith cinematográfica. O mesmo estilo foi adotado por outras divas do cinema que a sucederam: Greta Garbo (*Mata Hari*), Marlene Dietrich (*O Anjo Azul*), Beth Davis (*A Malvada*) e Rita Haiworth (*Gilda*).

Os modelos femininos difundidos pelo cinema serviram de inspiração para as mulheres em todo o mundo e a vida particular das estrelas se confundia com a pública, pois existia toda uma imprensa sensacionalista voltada para levar ao grande número de fãs o dia a dia dos astros: os amores, casamentos, divórcios, escândalos e tudo o que pudesse atrair o desejoso mercado consumidor.

A heroína dos filmes era independente, livre, sensual, adotava como moda o cabelo curto e os vestidos subiram até a altura dos joelhos. Além da imagem de mulher profissional surge paralelamente o estereótipo da vaidade, do egoísmo e do narcisismo, personificado nas melindrosas. Os modelos das melindrosas foram ao encontro das fantasias e da sexualidade de muitas mulheres. Para tanto deveriam estar sempre maquiadas,

perfumadas e com roupas esvoaçantes e esplendorosas. A boca formato coração, os olhos pintados de negro e as unhas de esmalte vermelho satã, eram suas marcas registradas.

A indústria de cosméticos ligados ao embelezamento cresceu impulsionada pelas mulheres comuns e pelas estrelas, que queriam se embelezar e ao mesmo tempo esconder as marcas do tempo, buscando uma juventude provisória. Tanto que, nomes como Max Factor e Elizabeth Arden, nada mais eram que maquiadores das grandes vedetes hollywoodianas (Morin, 1980:36).

A nova mentalidade mundial, que preconizava uma mulher independente, impetuosas e liberada, inspirada nas divas cinematográficas, veio para o Brasil através dos filmes e revistas.

Tais valores entraram no país num momento em que o trabalho feminino passava a ser valorizado, devido à chegada do imigrante italiano e alemão, à crescente urbanização das cidades e à industrialização nacional que floresceu durante a I Grande Guerra.

No processo de industrialização brasileira das décadas de 20 e 30, mulheres e crianças trabalhavam lado a lado com os homens, numa jornada de doze horas, sem descanso e recebendo um salário bastante inferior ao do colega do sexo masculino. A consolidação das leis trabalhistas só ocorre em 1934.

As mulheres das camadas menos favorecidas não se preparavam somente para exercer o papel de rainha do lar, além do prestigiado ofício de educadora. Buscaram os mais variados espaços profissionais nas fábricas, escritórios comerciais, lojas e instituições públicas. Ao assumir tais profissões, sofriam com a discriminação de uma parcela significativa da sociedade.

Na sociedade brasileira, ainda estavam presentes os valores morais e normativos da mentalidade conservadora, baseada na tradição judaico-cristã e positivista, que determinava o lugar da mulher no espaço sagrado do lar, orientando e amparando o marido e os filhos.

A moral conservadora tenta combater a nova mentalidade que chegara ao Brasil e rapidamente ao Rio Grande do Sul. A primeira a posicionar-se contra, foi a Igreja Católica através da conferência sobre moda de Quinota Vianna Ruschel, promovida pelas Filhas de Maria da Congregação Imaculada Conceição, em 1924. Quinota dizia que era preciso combater a perniciosa moda que tentava destruir os nobres valores morais, evitando que a má influência alterasse a energia psíquica e física das gerações atuais e futuras, argumentava:

O "chic" moderno é a Moda descabida, vergonhosa, indecorosa, revoltante, desgraçadamente acorrentando a pobre sociedade moderna.

O “chic” moderno é um decote que vai até a região estomacal, o dorso completamente exposto, um par de braços nus ou com mangas e simples ilusão de terem outrora o rosto carnavalescamente pintado, olhos crescidos de bistre, lábios avermelhados de carmim; cada mulher que assim passa é lamentável boneco de artifício e de ridículo. (Ruschel, 1924:18)

A autora posicionara-se contra a moda que explora a sexualidade da mulher, ou seja, o símbolo de Caroline se sobrepõe ao de Clotilde, pois cada vez mais os anúncios giram em torno da mulher leviana. Comenta sobre o uso excessivo de maquiagem, resultante como vimos, de uma grande campanha da indústria de cosméticos e do cinema. A propaganda de produtos para embelezar os seios tornara-se mais “agressiva” aos olhos moralistas. Os anúncios desses produtos anteriormente mostravam a mulher com um insinuante decote, mas com a exposição do corpo feminino, os seios passaram a ser mostrados explorando de maneira mais acentuada a sexualidade (imagem 32).



Imagem 32: Pasta Russa, produto para embelezar os seios. Nosso Século, 1980.

O apelo erótico tornava-se mais evidente nos anúncios. Nos de lança-perfume, a Colombina envolve-se languidamente nos braços do Pier-rô (imagem 33). Esse ao abraçá-la toca seu seio desnudo. O lança perfume era usado nos bailes de carnaval, criado a partir dos rituais e festejos de

Dionísio, e o apelo da propaganda mostram o lado dionisíaco que aflora nessas festas, onde são esquecidas as convenções sociais.



Imagem 33: Propaganda de lança perfume Alice. Eu Sei Tudo, 1917. In, Nosso Século, 1980.

Através dos anúncios percebe-se que a nova mentalidade deixou aflorar a sexualidade combatida pelos conservadores, revelando que ela sempre existiu, mesmo nos momentos que o discurso conservador estava em seu auge, pois como afirmamos anteriormente o discurso positivista, produzido por uma elite intelectual governante, era um agente da sociedade ditando regras de conduta moral usando símbolos que eram comuns a uma mentalidade conservadora, mas em hipótese alguma esse discurso era o reflexo da totalidade da sociedade, que era heterogênea.

A sexualidade feminina não foi castrada na totalidade das mulheres. A moda e os anúncios de produtos de beleza, em almanaques e revistas dirigidas à família, são indicadores da existência de uma sexualidade latente e que era assumida por homens e mulheres.

A doutrina positivista propiciou o achatamento da educação da mulher que sofreu enormemente, pois, como comprovamos, foi bastante inexpressiva a produção intelectual feminina na República Velha, as mulheres limitando-se a um lugar secundário e ao título de bibelô, tendo como seu modelo de conduta a rainha do lar e o anjo tutelar.

O Positivismo foi adotado para organizar a política e a sociedade republicana em contraposição à estridente e corrupta monarquia, mas mostrou-se suscetível às falhas resultantes das fraudes eleitorais ocorridas no governo de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros. Ao seguir a norma de “Conservar Melhorando”, o Positivismo não deu respostas às mudanças sociais, políticas e econômicas que ocorreram na sociedade.

E, assim como a doutrina positivista não foi gerada internamente, vieram também de fora às mudanças da educação e no trabalho feminino entrando em choque com a inércia dos conservadores e suprimindo os interesses de outra parcela da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período da República Velha rio-grandense foi marcado pelo discurso positivista que impôs à sociedade um conjunto de ideias de um determinado grupo político dominante. O discurso traduzia uma simbologia construída com base em uma mentalidade conservadora, formada ao longo da História.

O discurso positivista comteano mostrou-se extremamente conservador em relação à educação da mulher, pois ao considerá-la guardiã da moral, moldou a postura feminina a partir dos modelos de rainha do lar e anjo tutelar, inspirados no símbolo de Clotilde de Vaux, representante de todas as virtudes. O endeusamento de Clotilde resultou da paixão que o filósofo nutria por sua musa, que não lhe correspondeu, a partir do que a idealizou e a transformou em símbolo da Religião da Humanidade.

O símbolo perfeito de Clotilde tinha como seu contraste o símbolo de Caroline Massin, que significava para Comte tudo aquilo que a mulher não deveria ser, mas ao mesmo tempo, devido à natureza feminina, carregava uma certa propensão para ser leviana, egoísta, irresponsável e irracional. Nessas circunstâncias, precisava ser vigiada e mantida enclausurada dentro do espaço privado. A educação da mulher deveria ser orientada para que fosse perfeita, boa filha, esposa, mãe e educadora dos filhos.

O discurso positivista vinha ao encontro do produzido pela Igreja Católica, porque o Positivismo, apesar de posicionar-se contra os dogmas católicos, no que diz respeito à moral feminina era formado por arquétipos e símbolos que tinham como finalidade controlar e limitar a atuação da mulher na sociedade, como também a sua sexualidade. Tanto os símbolos primários e os secundários são moldados a partir dos arquétipos de Virgem Maria e de Eva, que por sua vez são partes do arquétipo primordial da Grande Mãe, formada por duas faces, a idealizada e a verdadeira.

A simbologia adotada era comum a todos os discursos moralistas desse período, pois a moral é sempre a mesma para positivistas ortodoxos e heterodoxos, católicos, maçons, anarquistas, espíritas e socialistas.

Para que os modelos de conduta chegassem a todas as mulheres era necessário manipular o imaginário popular através de meios de educação, além da escola, família e Igreja, que atingissem inclusive os analfabetos, ou seja, através do teatro e da escultura. Pois existia uma grande preocupação de educar a totalidade da sociedade, através de símbolos e signos, para estabelecer e manter a nova ordem.

As peças teatrais de autores rio-grandenses trazem em sua maioria a propaganda positivista feita antes da instauração do regime republicano. Era prioridade retratar a degenerada sociedade monárquica mostrando como fruto desta o símbolo de Caroline, representando as mulheres levianas e sem moral.

A estatuária produzida após a instauração do governo castilhista visava educar. Essa orientação foi mantida após a morte de Julio de Castilhos por seu sucessor Borges de Medeiros. Assim, o que existia era a necessidade de mostrar a austeridade e força dos governantes, que deveriam ser seguidos e imitados. O mesmo acontecia com o símbolo de Clotilde, transposto em signos através de alegorias, anjos e representações da República. O objetivo era educar a mulher para ser a vigilante guardiã do lar, conscientizando-a de seus deveres e de seu lugar na sociedade. Isto resultou num achatamento cultural da mulher, que se acomodou em sua condição de subalterna, porque preferia exercer sua influência de maneira indireta, usando muitas vezes de chantagem emocional para satisfazer seus desejos.

Quanto à questão da sexualidade comprovamos, apesar do controle opressivo dos conservadores, que a transformaram em um ser assexuado, inspirado no arquétipo de Maria e no símbolo de Clotilde, a mulher manteve o desejo sexual bastante latente e aflorou assim que surgiram as propagandas de cosméticos e produtos destinados a salientar os instintos de sedução.

As mudanças ocorridas com a Primeira Guerra Mundial e a divulgação da nova mentalidade em relação à postura e ao trabalho feminino contrapuseram-se à doutrina positivista, que passou a ser questionada frente às falhas que cada vez mais expostas.

A análise do discurso positivista permite concluir que ele funcionou como agente moralizador da sociedade que, ao mesmo tempo, foi seu reflexo à medida que os símbolos que impunham vinham ao encontro de uma mentalidade conservadora mantida através dos anos pela tradição judaico-cristã, que dava ao homem a superioridade e o reinado do espaço público, enquanto que a mulher era a inferioridade, por ter propensão à leviandade. Uma vez que suas raízes eram fundamentadas no arquétipo primordial de Eva, devia ser mantida no espaço privado para resguardar sua pureza. Mas por outro lado não podemos esquecer que a sociedade era heterogênea, e que uma parcela bastante significativa não comungava com esses pressupostos, impostos pelos conservadores positivistas e católicos.

A educação feminina durante a República Velha sofreu um grande retrocesso, tanto na questão do ensino, como na preparação da mulher para o campo profissional, pois o Positivismo legitimou o conservadorismo rio-grandense, impondo uma simbologia bastante eficiente, difundida por seus seguidores, resgatando no inconsciente coletivo as imagens que norteavam os modelos de conduta moral presentes em toda a história da humanidade.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, João. **Relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública**. Tipografia da Federação, 1894.

ALMEIDA, Virgínia de Castro e. **A missão da Mulher**. Porto Alegre, A Federação, 1917.

ANTUNES, Carlos. **A Federação**. Porto Alegre, 11 de janeiro de 1918.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A vocação do prazer**. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

BASTIDE, Paul Arbousse. **Auguste Comte**. Porto, Eduções 70, 1984.

BELLOMO, Harry. **A produção da estatuária funerária em Porto Alegre**. In Rio Grande do Sul. Aspectos da Cultura, Porto Alegre, Martins Livreiro, 1994.

BEVILAQUA, Clovis. **Código de Direito Civil Comentado**. Vol. I, p. 183, In jornal A Federação, 1917.

BÍBLIA. **O novo Testamento**. São Paulo, Loyola, 1980.

BLACK, Loise. **As mulheres e a guerra**. In. Século XX, 1989.

BOEIRA, Nelson. **O Rio Grande de Augusto Comte**. In GONZAGA, Sergius. RS: Cultura & Ideologia. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.

CARVALHO, José Murilo. **A nova Historiografia e Imaginário na República**. In. Revista do Curso de Pós-Graduação em História da UFRGS. N. 1, 1993.

CASTRO, A. R. Gomes. **A mulher**. Rio de Janeiro, Igreja do Apostolado Positivista no Brasil, 1921.

CHEVALIER, Jean & CHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1982.

COMTE, Auguste. **Catecismo Positivista**. In COMTE. Col. Os Pensadores, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

COMTE, Auguste. **Discurso sobre o Espírito Positivo**. SP, Martins Fontes, 1994.

COMTE, Auguste. **Influência Feminina do Positivismo**. Rio de Janeiro, 1945.

CONSTITUIÇÕES RIO-GRANDENSES. Porto Alegre, 1963.

COSTA, Alfredo E da. **O Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1922.

COSTA, Marietta. Santa Ignês. Porto Alegre, Almanaque do Globo, 1921.
DIX, Dorothy. **Como uma mulher deve ajudar o marido**. POA, A Federação, 1919.

DOBERSTEIN, Arnaldo. Porto Alegre. 1900-1920. **Estatuária e Ideologia**. Porto Alegre, SMC, 1992.

DUBY, George & ARIÉ, P. **História da Vida Privada**. São Paulo, Cia das Letras, vol. 3 e 4, 1992.

DUBY, George & PIERROT, Michelle. **A história das Mulheres**. A Idade Média. Porto, Ed. Afrontamento, vol. 2, 1990.

F. C. **O voto feminino**. POA, KODAK, 1914.

FLORES, Hilda A. Hübner. **Original Contrato de Casamento**. In. Presença Literária 1994. POA, Academia Literária Feminina do RGS, 1994.

FLORES, Hilda A. Hübner. **Sociedade: Preconceitos e Conquistas**. POA, Nova Dimensão, 1989.

FLORES, Moacyr & FLORES, Hilda. **Rio Grande do Sul: Aspectos da Revolução de 1893: Mudanças Político Sociais**. In 1983. POA, Martins Livreiro, 1994.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. POA, Nova Dimensão, 1993.

FLORES, Moacyr. **Historiografia**. Nova Dimensão, 1989.

FLORES, Moacyr. **Sociedades Culturais**. In. FLORES, Hilda. Porto Alegre: História e Cultura. Martins Livreiro, 1987.

FLORES, Moacyr. **O gosto do pecado: A sensualidade das Índias Guaranis**. In. Anais do X Simpósio Nacional Missionário, Santa Rosa, UNIJUÍ, 1993.

FLORES, Moacyr. **A dramaturgia na Propaganda Positivista**. 1992.

FLORES, Moacyr. **O teatro no Rio Grande do Sul**. In: BELLOMO, Harry. Rio Grande do Sul Aspectos da Cultura. POA, Martins Livreiro, 1994.

GAMA, Marcelo. **Mulheres...** POA, Almanaque do Globo, 1914.

GOFF, Jacques Le. **Nova História**. SP, Martins Fontes, 1990.

GUSMÃO, Aracy Dantas de. **Fim de Batalha**. POA, Almanaque do Globo, 1914.

HENGELS, Magali. Meretrizes e Doutores. **Saber Médico e Prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

HINO AO AMOR. 2ª Ed. RJ, Igreja do Apostolado Positivista no Brasil, 1902.

ISAIA, Artur Cesar. **Católicos, pica-paus e maragatos**. In. FLORES, Moacyr. 1893-95. A Revolução dos Maragatos. POA, EDIPUCRS, 1993.

ISAIA, Artur Cesar. **Catolicismo, Regeneração Social e Castilhismo na República Velha Gaúcha**. In Revista Ibero Americana, 1992.

ISMÉRIO, Clarisse. **Igreja e Nacionalismo: O Movimento Restaurador (1930-1945)**. Doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

JONE, Heriberto. **Compêndio da Moral Católica**. São Paulo, 1946.

JUNG, C. G. **Psicologia do Inconsciente**. Petrópolis, Vozes, 1989.

JUNG, C. G. **Homem e seus símbolos**. RJ, Nova Fronteira, sd.

JUNG, C. G. **Psicologia e Religião**. Petrópolis, Vozes, 1990.

- JUNG, C. G. **Simbolos da Transformação**. Petrópolis, Vozes, 1989.
- JUNG, C. G. **Tipos Psicológicos**. Petrópolis, Vozes, 1991.
- KEMP, Emílio. **Gente Alegre**. POA, Cunha Rentzseh e Cia, 1918.
- KRAMER, Heirich & SPRENGER, James. **O Martelo das Feiticeiras**. RJ, Ed Rosa dos Tempos, 1991.
- LA LUNE, Chevalier de. **Uma Crônica**. POA, Revista Kodak, 1913.
- LAVER, James. A roupa e a moda. SP, Cia das Letras, 1993.
- LEAL, Joaqui Bagueira. A mulher, RJ, Demétrio do Rego Lemos, 1921.
- LINS, Ivan. **Perspectivas de Auguste Comte**. RJ, São José, 1965.
- LISBOA, Anna A. do Alaral. **Educação da Mulher**. Pelotas, Almanaque Popular Brasileiro, 1899.
- LISBOA, Anna A. do Amaral. Minha Defesa. POA, Livraria Americana, 1895.
M.S. O feminismo deve ser moderado. POA, Kodak, 1914.
- MENDES, R. Teixeira. A preeminência social e moral da mulher. RJ, Igreja do Apostolado Positivista no Brasil, 1908.
- MEUNIER, Mário. Nova mitologia Clássica. A legenda Doutorada. São Paulo, IBRASA, 1976.
- MONCORVO FILHO. ABC das mães. Almanaque de Pelotas. 1914.
- MORIN, Edgar. **As estrelas de cinema**. Lisboa: Livros Horizonte, 1980, p. 20-21
- MOTTA, Maria. Luciana de Abreu. In FLORES, Hilda. Porto Alegre: História e Cultura. Martins Livreiro, 1987.
- NICOLAO, Mourisquetas. Porto Alegre, A Federação, 1892.
- O'HARA, Georgina. Enciclopédia da moda. SP, Cia das Letras, 1993.
- OITICICA, José. **O desperdício da Moral Feminina**. Jornal a Vida, Io Ano, número 2, 1914, p. 8. Edição Fac. – Similar, São Paulo, Editora ícone, 1988.

PINTO, Celi Regina J. Positivismo: Um projeto Político Alternativo (RS: 1889-1930). POA, LP&, 1986

PIO, XI. Sobre o Matrimônio Cristão. Rio de Janeiro, Vozes, 1851.

PORTINARI, Maribel. História da Dança. RJ, Nova Fronteira, 1989.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao Lar**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

RIBEIRO JR., João. Augusto Comte. In, Revista da Universidade Católica de Campinas SP, 1992

ROCHA, Arthur. **Os filhos da viúva**. RJ, 1899.

ROSSEAU, Jean-Jacques. Emílio ou da educação. RJ, Bertrand Brasil, 1992.

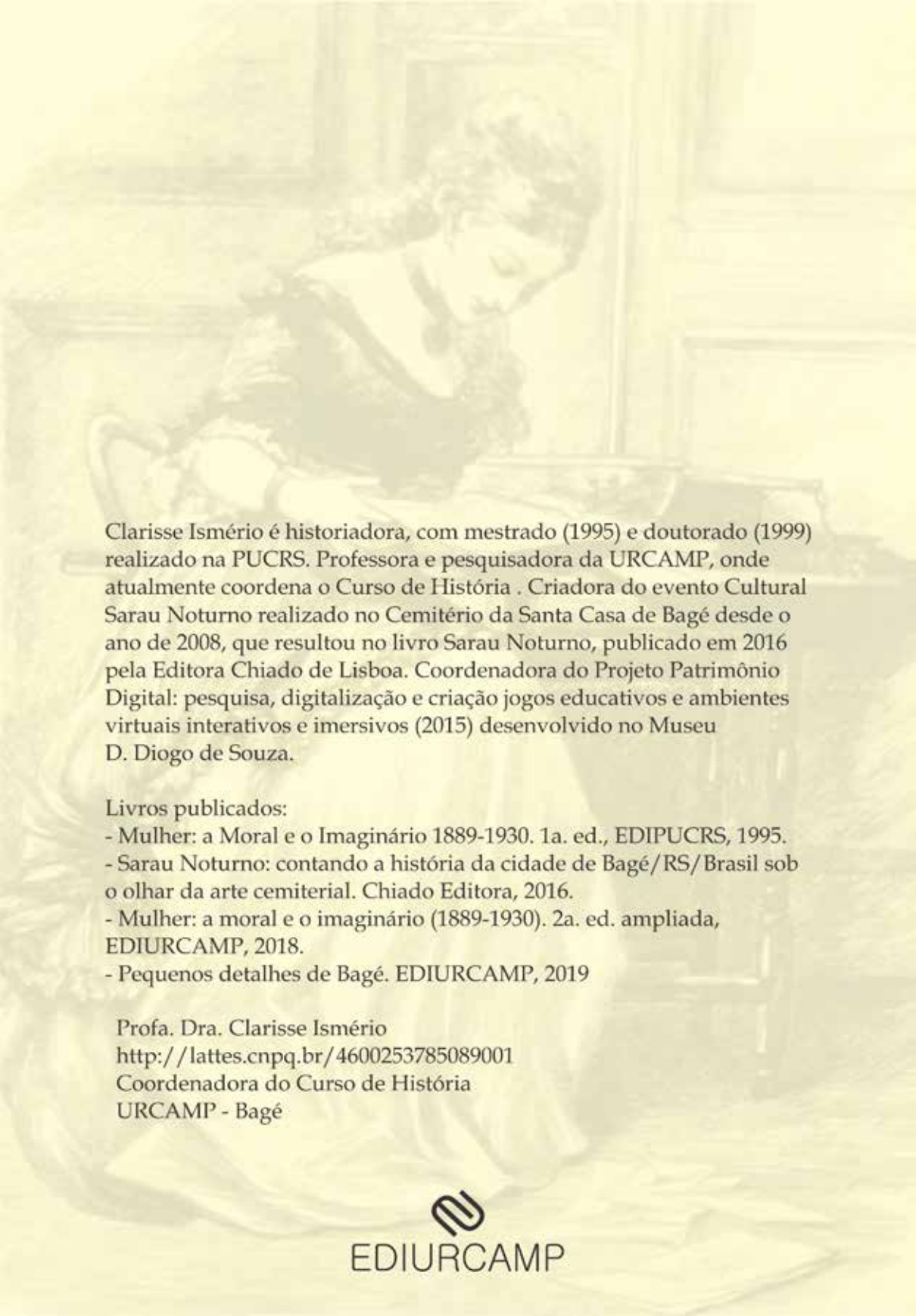
RUSCHEL, Quinota Viana. **A moda**. POA, Almanaque Estrela do Sul. C. da Boa Imprensa do Sul, 1924.

SELLERS, Charles; MAY, Henry & MCMILLEN, Neil R. **Uma Reavaliação da História dos Estados Unidos. De colônia a Potência Imperial**. Rio de Janeiro: Jorge Zaar, 1990, p. 316-318.

TORRES, Joaquim Alves. O dever. Porto Alegre. Livraria do Globo, 1901.

UNITAS, Revista da Arquidiocese de POA, 1923.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidade**. SP, Brasiliense, 1991.



Clarisse Ismério é historiadora, com mestrado (1995) e doutorado (1999) realizado na PUCRS. Professora e pesquisadora da URCAMP, onde atualmente coordena o Curso de História. Criadora do evento Cultural Sarau Noturno realizado no Cemitério da Santa Casa de Bagé desde o ano de 2008, que resultou no livro Sarau Noturno, publicado em 2016 pela Editora Chiado de Lisboa. Coordenadora do Projeto Patrimônio Digital: pesquisa, digitalização e criação jogos educativos e ambientes virtuais interativos e imersivos (2015) desenvolvido no Museu D. Diogo de Souza.

Livros publicados:

- Mulher: a Moral e o Imaginário 1889-1930. 1a. ed., EDIPUCRS, 1995.
- Sarau Noturno: contando a história da cidade de Bagé/RS/Brasil sob o olhar da arte cemiterial. Chiado Editora, 2016.
- Mulher: a moral e o imaginário (1889-1930). 2a. ed. ampliada, EDIURCAMP, 2018.
- Pequenos detalhes de Bagé. EDIURCAMP, 2019

Profa. Dra. Clarisse Ismério
<http://lattes.cnpq.br/4600253785089001>
Coordenadora do Curso de História
URCAMP - Bagé